Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura
Área Temática: Reforma Agrária
Período de Análise: março de 2011.

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico Biodiesel Br
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto É Dinheiro Rural
Agroanalysis
Carta Capital
Biodiesel Br

Índice

Terra agora é um ativo cobiçado nos EUA- Gillian Tett - Valor Econômico - Agronegócios - 02/03/2011 4

O veneno é a cara do agronegócio – Joana Tavares - Sítio Eletrônico do MST – 03/03/2011 5

A reforma agrária de Lula – Notas e Informações – O Estado de São Paulo – 06/03/2011 8

Floresta de problemas – Opinião – Folha de São Paulo – 07/03/2011 9

Invasão de propriedade no Paraná termina com 2 feridos e 6 presos - Poder - Folha de São Paulo – 08/03/2011 10

Governo quer mudar Incra e frear indicação política- Capa – O Estado de São Paulo – 09/03/2011 11

Documento propõe mudanças no Incra para frear loteamento político e desvios – Roldão Arruda – nacional – O Estado de São Paulo – 09/03/2011 11

Usineiros paulistas usam parentes para ganhar terra em MT – Hélia de Araujo – Poder – Folha de São Paulo – 09/03/2011 12

Usineiros paulistas usam parentes para ganhar terra em MT – Hélia de Araujo – Poder – Folha de São Paulo – 10/03/2011 14

CNA distorce dados para limpar a ficha do latifúndio – Sítio Eletrônico do MST – 11/03/2011 15

Com controle de 26 superintendências, petistas transformam Incra em feudo – João Domingos – Nacional – O Estado de São Paulo – 12/03/2011 18

Perde a Embrapa, perde o Brasil – Rodrigo Lara Mesquita – Espaço Aberto – O Estado de São Paulo – 15/03/2011 19

Embrapa ameaça extinguir núcleo de gestão territorial e usuários protestam – José Maria Tomazela – Economia – O Estado de São Paulo – 16/03/2011 21

Limite para estrangeiro comprar terra será de 3 mil hectares – Marta Salomon – Primeiro Caderno – O Estado de São Paulo – 17/03/2011 22

Limite para estrangeiro comprar terra será de 3 mil hectares – Marta Salomon – Primeiro Caderno – O Estado de São Paulo – 17/03/2011 23

Ministro intervém e Embrapa vai retomar serviço – José Maria Tomazela – Economia – O Estado de São Paulo – 17/03/2011 24

União freia compra de terra por estrangeiro - Mauro Zanatta - Valor Econômico - Brasil - 17/03/2011 25

Trabalho escravo no Brasil: uma herança maldita do capitalismo. Entrevista especial com Frei Xavier Plassat - Sítio Eletrônico da CPT - 18/03/2011 26

Embrapa formaliza demissão de pesquisador – José Maria Tomazela – Economia – O Estado de São Paulo – 18/03/2011 39

Safra recorde, insegurança no campo –Antonio M. Buainain Pedro Loyola – Economia- O Estado de São Paulo – 22/03/2011 40

Agricultura de ponta e mazelas estruturais marcam oeste baiano - Fernando Lopes - Valor Econômico - Agronegócios - 23/03/2011 41

Embrapa terá nova estrutura em Campinas – José Maria Tomazela – Economia – O Estado de São Paulo – 24/03/2011 43

Embrapa recria unidade de gestão em Campinas – José Maria Tomazela – Economia – O Estado de São Paulo – 25/03/2011 44

Esvaziamento do MST- Celso Ming – Economia – O Estado de São Paulo – 29/03/2011 44

Lobby do agronegócio afrouxa limite de terras a estrangeiros – Sítio Eletrônico do MST – 30/03/2011 46

O arrefecimento do MST – O Estado de São Paulo – Primeiro Caderno – 31/03/2011 47

Uma vitória da Embrapa – Estado de São Paulo – Rodrigo Lara Mesquita – Primeiro Caderno – 31/03/2011 48

O arrefecimento do MST – Notas e Informações – O Estado de São Paulo - 31/03/2011 50

O arrefecimento do MST – Notas e Informações – O Estado de São Paulo - 31/03/2011 51

Uma vitória da Embrapa – Rodrigo Lara Mesquita – Espaço Aberto – O Estado de São Paulo – 31/03/2011 52

Terras que valem ouro – Luciana Franco - Globo Rural – 31/03/2011 54

Terra agora é um ativo cobiçado nos EUA- Gillian Tett - Valor Econômico - Agronegócios - 02/03/2011

A expressão “ativos imobiliários” e “b o o m” tornaram-se quase um tabu nos EUA nos últimos quatro anos. Agora, porém, elas estão ressurgindo, mas não relacionadas a condomínios na Flórida, apartamentos de luxo em Nova York ou comunidades com histórico de crédito de segunda linha na Califórnia. Em vez disso, um dos pontos mais “quentes” no mercado imobiliário americano está no Centro-Oeste, relacionado com terras agrícolas.

Mais especificamente, num momento em que os preços das commodities agrícolas em todo o mundo estão em espiral ascendente, fomentando turbulência no Oriente Médio, os agricultores do Meio-Oeste estão silenciosamente desfrutando um momento de prosperidade. Isso tem provocado um aumento no preço da terra, e agentes imobiliários, agricultores e seus banqueiros estão comemorando.

O Federal Reserve Bank de Chicago calculou, no mês passado, que na região — incluindo Iowa, Illinois, Michigan, Indiana e Wisconsin — os preços de terras agrícolas subiram 12% em 2010. Foi a segunda maior alta em 30 anos e um contraste gritante com os preços imobiliários constantes ou em queda em outras regiões.

E os banqueiros dizem que em alguns bolsões os preços da terra estão subindo a um ritmo ainda mais aquecido, à medida que fazendeiros locais e investidores apostam que a bonança das commodities continuará em 2011 e 2012 devido a uma doloroso descompasso entre a oferta e a demanda agrícolas. “Os preços das terras agrícolas estão atravessando o telhado por causa do boom das commodities — a coisa está muito louca”, disse um banqueiro sênior durante um jantar em Minneapolis, recentemente.

Ou, como Jeffrey Conrad, do Hancock Agricultural Investor Group comentou: “As pessoas estão mais otimistas e agressivas”.

Bem-vindo a uma das tendências mais politicamente sensíveis de 2011 — não apenas nos EUA, mas no palco geopolítico.

A inflação nos preços dos alimentos parece ter sido um fator chave por trás da turbulência social no Oriente Médio. E mesmo nos EUA, a questão da inflação dos alimentos começa a provocar mais inquietação política, porque as famílias defrontam-se com elevado desemprego e tendências de salários constantes.

O que torna a questão duplamente sensível, do ponto de vista político, é que essas pressões sobre os preços tendem a piorar, e não melhorar. Em sua conferência anual em Washington, na semana passada, o Departamento de Agricultura dos EUA advertiu que os preços nominais no portão da fazenda deverão atingir um recorde para o milho, trigo e soja na safra que começa com as colheitas de 2011, apesar de os agricultores estarem empenhados em plantar mais.

Isso pressionará os preços dos alimentos ao consumidor nos EUA para cerca de 3% a 4% ou mais no

segundo semestre deste ano, à medida que a escassez caminha ao longo da cadeia de suprimento, segundo Joseph Glauber, economista-chefe do USDA.

Mas economistas alertam que fora dos EUA os preços deverão registrar um salto bem maior.

Embora essa tendência possa ser má notícia para os consumidores, está transformando muitos agricultores EUA em “vence dores” — embora não de uma maneira que os diplomatas ou os políticos estejam ansiosos para anunciar aos não

americanos.

O Egito, por exemplo, é o oitavo maior mercado importador dos EUA, em larga medida porque consome uma grande quantidade de trigo: de fato, o Oriente Médio como um todo tem se constituído numa das principais fontes de demanda por exportações agrícolas americanas. É por isso que a alta nos preços do pão no Cairo estão caminhando de mãos dadas com o aumento dos preços da terra no centro- oeste.

E à medida que o "b o o m" se intensifica, não são apenas observadores do Oriente Médio que se preocupam com o risco de consequências não intencionais.

Algumas agências regulamentadoras americanas começam a temer que um aumento excessivo nos preços da terra no país poderá terminar sendo desestabilizador também para os EUA.

Afinal, como observou Sheila Bair, da Federal Deposit Insurance Comission (FDIC), a última vez em que os preços dos terrenos subiram dramaticamente nos EUA, nos anos 80, o boom foi seguido de colapso dramático.

O lobby agrícola nos EUA insiste ser improvável semelhante colapso neste momento, uma vez que os níveis de alavancagem estão relativamente baixo. No entanto, a FDIC teme que um salto nos juros ou uma queda no preço da terra poderia prejudicar o 1,6 mil bancos agrícolas do país. "Es sa situação [com o preço da terra] continuará a exigir uma monitoração muito detida", advertiu.

É uma observação que pode ser aplicada a cada etapa da cadeia alimentar mundial.

O veneno é a cara do agronegócio – Joana Tavares - Sítio Eletrônico do MST – 03/03/2011

Mais um 8 de março, mais um momento de dizer em alto e bom som: somos militantes, somos lutadoras, queremos Reforma Agrária e igualdade. O acúmulo de tantas lutas já deixa claro: o foco das ações é o enfrentamento ao agronegócio.

Neste 2011, os agrotóxicos ganham destaque. Um dos pilares do modelo de exploração capitalista da agricultura, os venenos são utilizados em larga escala em nosso país. Larguíssima: o Brasil tem o triste título de "campeão" no consumo desse tóxico.

Jornal Sem Terra: veja a retrospectiva das jornadas das mulheres (PDF)

As mulheres querem denunciar essa realidade, assim como denunciar a violência, que também pode ficar escondida por trás de belas fotografias ilusórias. Confira a entrevista com Marisa de Fátima da Luz, assentada na região do Pontal do Paranapanema (SP), e integrante da Coordenação Nacional do MST.

Qual o tema principal da jornada este ano?

A jornada das companheiras é identificada a partir de alguns temas, vindos dos debates e das lutas. Fundamentalmente é a perspectiva de dar continuidade na luta ao enfrentamento do agronegócio no campo e para este ano com mais visibilidade à

temática dos agrotóxicos. E também o debate da continuidade da formação das companheiras e a questão da violência contra a mulher. Esse é um tema que precisamos trabalhar no decorrer das jornadas do 8 de março. Mas fundamentalmente são ações de denúncia do agronegócio, especialmente dos malefícios dos agrotóxicos.

Em relação aos agrotóxicos, quais são os tipos de ações previstas?

Temos construído diferentes formas de lutas e atividades nos estados: desde lutas contra empresas produtoras como ações de denúncia para a sociedade. Faremos debates amplos sobre o tema, que aglutina a opinião do conjunto da sociedade, que pauta a soberania alimentar.

Que tipo de ações serão realizadas?

A partir do levantamento dos estados, a avaliação é que possamos construir a partir de experiências que os estados e o Setor de Gênero vêm acumulando. Então teremos lutas de enfrentamento direto contra as empresas.

A Jornada é construída com outros movimentos?

Sim, temos buscado consolidar o 8 de março como um espaço de construção conjunta. Para nós mulheres do MST é muito importante garantir que as atividades e lutas das mulheres sejam articuladas com a Via Campesina. É uma necessidade política, organizativa. Buscamos não só garantir a participação das companheiras de outros movimentos mas que elas efetivamente participem do planejamento e construção das ações. Essa é uma orientação nossa, garantir a luta de forma unitária.

Qual o recado que as mulheres camponesas têm a dar na questão dos agrotóxicos?

Para nós é uma necessidade fazer a denúncia do avanço do capital no campo. E a temática dos agrotóxicos deixa clara essa realidade. É um tema que dialoga com nossa realidade, e que também precisa ser colocado para o conjunto da sociedade, que afeta a todos. A produção em grande escala com venenos traz conseqüência para a vida das pessoas, seja no campo, seja na cidade. Temos necessidade de consolidar esse debate na cidade, que é um debate para a humanidade.

Dá para colocar a Reforma Agrária e a agricultura familiar como um contraponto à produção em larga escala, à base de venenos?

Esse tema coloca um desafio para nós. Enfrentar um modelo tecnológico e político da agricultura convencional hoje é muito difícil. Precisamos caminhar primeiro na resistência e também colocar a construção de outras alternativas para a agricultura camponesa, que possam avançar na perspectiva de uma produção agroecológica. É um desafio muito grande para toda a sociedade, porque a disputa é em torno do modelo de produção, o modelo da agricultura para o país.

A produção dos assentamentos, tendo condições de chegar até as cidades, poderia ser uma alternativa aos alimentos envenenados?

Temos buscado construir experiências que precisam estar presentes no conjunto da sociedade. Nossa forma de produzir precisa ser visível, precisa servir de exemplo. Não estamos só denunciando, temos propostas para contrapor o modelo de produção capitalista no campo.

O que está colocado em relação à violência contra a mulher?

Na sociedade em que a gente vive, a violência contra a mulher é escondida, não é posta à vista. Há uma necessidade de trazer essa temática, construir um debate interno nas organizações camponesas, no MST, e que nós mulheres possamos nos organizar. Há um diagnóstico que hoje, nos acampamentos e assentamentos, muitas mulheres sofrem inúmeras violências. E temos que colocar com muita seriedade esse debate, porque a questão da violência contra a mulher é uma questão de classe. Nesse sentido, precisamos construir espaços e ações para mostrar que precisamos nos ater a certas questões e situações que nos inquietam muito.

Essa situação não está presente só nas áreas de Reforma Agrária, mas no conjunto da classe, na área urbana. Sem debater a violência contra a mulher é difícil pensar uma sociedade nova, um homem e uma mulher nova. Isso não quer dizer que abandonamos a linha política central de enfrentamento ao capital no campo. Essa é nossa orientação geral, mas o tema da violência precisa ser considerado na realidade dos estados, que têm tentado construir suas formas de pautar o tema, seja em espaços de formação internos, seminários.

O que vem sendo feito junto aos companheiros em relação a essa temática?

Estamos buscando construir alguns espaços de debates, por ora mais entre mulheres. Claro que é um tema que precisa ser debatido por todos, e queremos caminhar nesse sentido. Por isso pautar agora, para deixar claro que existe esse problema, e que precisamos aprofundar esse olhar. Os estados têm a orientação de trabalhar essa temática, também junto a outras organizações, da cidade.

O que as mulheres e o MST acumularam com as lutas do 8 de março?

O fato de as mulheres desenvolverem experiências todo ano, na perspectiva de garantir uma unidade e a luta, já é um acúmulo político. Esse processo histórico já um fator positivo. Outro avanço é a percepção da necessidade de as mulheres se organizarem, construírem suas lutas. O que a gente observa nesse último período é que as mulheres têm buscado, a partir de uma análise da realidade e da questão agrária, o enfrentamento do modelo do capital no campo, que é um acúmulo dos 8 de março. Esse é um fator que vem acumular para a luta política do MST. Nós enquanto Movimento temos que nos reposicionar para enfrentar essas lutas.

Houve um avanço na formação política das mulheres, as companheiras estão participando de mais espaços de direção ao longo dos anos?

Esse processo é um acúmulo de experiências organizativas. A ampliação da participação das mulheres dentro do MST é reflexo de um acúmulo de experiências organizativas das mulheres, que foram sendo construídas ao longo de toda a história do Movimento.

Quais os desafios colocados para o Setor de Gênero e para as mulheres do MST?

Consolidar, reforçar, dar um caráter organizativo para as lutas das mulheres no MST. Essa é uma tarefa, e um desafio: construir espaços de participação, envolver as companheiras na efetivação do conjunto das lutas. Precisamos de mais experiências concretas de envolvimento das companheiras, de envolvimento orgânico, na base, nos setores, nas instâncias do Movimento. As companheiras precisam se considerar – e ser – parte do processo de construção. E dar continuidade à perspectiva de trabalhar na questão da formação política.

A reforma agrária de Lula – Notas e Informações – O Estado de São Paulo – 06/03/2011

Uma pesquisa nos números do Incra revela que eles não são tão bons quanto parecem

Com o bordão "nunca antes na história deste país", o ex-presidente Lula costumava
se jactar de ter feito mais pela reforma agrária do que todos os seus antecessores. À primeira vista os números do Incra pareciam dar-lhe razão: nada menos do que 48,3 milhões de hectares teriam sido incorporados às áreas de assentamento rural, beneficiando 614 mil famílias, no período de 2003 a 2009. Desse modo, o governo anterior seria responsável pela distribuição de 56% das terras objeto de reforma agrária na história do País (85,8 milhões de hectares) e por ter beneficiado 66,4% do total das famílias assentadas (924 mil).

Contudo, um desdobramento desses números, feito pelo geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, professor da USP, revela que os dados divulgados pelo Incra não correspondem à realidade. Ele verificou que 26,6% das famílias dadas como assentadas pelo órgão já viviam e produziam nas mesmas zonas rurais, embora sem contar com o título de propriedade. Outros 38,6% das famílias incluídas na mesma classificação são compostas de trabalhadores que ocuparam lotes abandonados em áreas de reforma agrária já existentes. Feitas as contas, constata-se que apenas 34,4% do total, ou seja, 211 mil famílias foram realmente assentadas nos oito anos de Lula, quase um terço do que dizia o atual presidente de honra do PT.

Como observou o professor da USP, foi uma medida correta conceder títulos de propriedade às famílias já estabelecidas por conta própria no campo, geralmente em terras devolutas, e incluí-las no Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (Pronaf). Mas, em nome da verdade e para evitar manipulação política, "o governo deveria esclarecer que não se trata de assentados pela reforma", como disse o professor Oliveira.

O vezo do governo Lula em considerar que só houve avanços reais no Brasil depois de 2003, levou-o a não reconhecer que muitos assentamentos já tinham sido realizado nos lotes que foram ocupados por famílias que substituíram as que os abandonaram ou os transferiram informalmente a terceiros, uma prática irregular, mas frequente. Adicioná-los ao número de famílias assentadas acarreta dupla contagem.

De qualquer forma, isso representa reordenação fundiária e não deveria figurar como novos assentamentos, como ressaltou o professor da USP.

Na ânsia de produzir resultados, o Incra também registrou como assentamentos promovidos pelo governo melhoramentos nas zonas rurais nas proximidades de vilas ou pequenas cidades, cujas populações foram retiradas em razão da construção de barragens para a construção de hidrelétricas. Nestes casos, o governo federal por meio das concessionárias de energia tem construído novos núcleos urbanos, destinados tanto às populações locais como aos operários do canteiro de obras. Àqueles proprietários que desejam permanecer no meio rural, podem ser fornecidos lotes com casas, contando com alguma infraestrutura. Não são poucos, porém, os casos de proprietários rurais desapropriados que preferem realizar seus próprios negócios, utilizando a indenização recebida. É absolutamente incorreto computar essas mudanças como assentamentos.

Como se vê, o conceito de reforma agrária do Incra é elástico. No desdobramento dos números verifica-se que, no governo Lula, só foram feitas desapropriações de áreas particulares para novos assentamento sem 9,3% (4,5 milhões de hectares) dos 48,3 milhões de hectares que o órgão considera como disponíveis para a reforma agrária. Os restantes 43,3 milhões de hectares eram terras públicas, da União ou dos Estados, localizadas principalmente na Região Norte. No entender do professor Oliveira, a ocupação dessas áreas não caracteriza reforma agrária, mas colonização, um termo de que o Incra aparentemente não gosta, apesar de estar entre suas finalidades.

A série estatística do Incra não desce a esses detalhes, como seria de esperar de um estudo sério e competente, sem finalidades políticas e que não se prestasse à bazófia.

Floresta de problemas – Opinião – Folha de São Paulo – 07/03/2011

Programa Terra Legal, que deveria regularizar 50 mil títulos fundiários na região amazônica até 2010, cumpriu só 1,1% da meta estipulada

O programa Terra Legal, que tem por meta a regularização fundiária de áreas da União ocupadas por particulares na Amazônia, foi saudado como um avanço em 2009, no seu lançamento.

Não é tarefa trivial trazer para a legalidade, afinal, estimados 180 mil posseiros sem títulos confiáveis de propriedade, numa região em que imperam a grilagem de terras e o desmatamento ilegal.

Ainda há, no entanto, uma longa trilha a percorrer. Balanço parcial da iniciativa revelou que, um ano e oito meses depois, foram emitidos apenas 554 títulos de terras -1,1% da meta estipulada para o final do ano passado, que era de 50 mil títulos.

Não se ignoram as dificuldades de realizar esse tipo de trabalho na região amazônica. Muitos locais são de difícil acesso, o que requer uma logística custosa, e registros confiáveis são escassos. Além disso, são 510 mil km2 -6% do território nacional- sem titulação ou com documentos duvidosos.

Antes do Terra Legal, o cipoal burocrático impunha um prazo médio de quatro anos para a regularização. A promessa, com a iniciativa, era que a titulação fosse

concluída em quatro meses. O posseiro se cadastraria, técnicos fariam a delimitação da área (georreferenciamento) e o título de propriedade seria concedido. Não é o que tem acontecido.

As empresas contratadas para realizar as medições, por um valor total de R$ 93 milhões, não estavam preparadas para o serviço, o que acarretou atrasos. Promete-se agora, para este ano, uma melhora substantiva no processo.

Não são os únicos obstáculos, infelizmente. Tentativas de fraudes grassam na Amazônia Legal. Além dos títulos de propriedade fictícios, grileiros e proprietários usam laranjas e familiares para subdividir terras e burlar a área máxima prevista no programa, de até 15 módulos fiscais (em torno de 15 km2). A posse da terra também deve ser anterior a 1º de dezembro de 2004, um pré-requisito de difícil comprovação.

O Terra Legal acarreta benefícios e responsabilidades para os proprietários. De um lado, têm acesso facilitado a licenciamento ambiental, assistência técnica, crédito e programas de incentivo do governo. De outro, são obrigados a cumprir a legislação ambiental, sem desmate ilegal, sob pena de perder o título da terra.

Cabe ao governo federal redobrar os esforços para que a boa medida não seja tragada pela ineficiência do Incra. Cumpre ao órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário fazer com que as empresas realizem aquilo para que foram contratadas.

O Brasil tem caminhado na direção certa nos últimos anos, com a redução gradativa do desmatamento na Amazônia. Ao lado da atualização do Código Florestal, ora em discussão, a regularização fundiária é crucial para instaurar o império da lei na região.

Invasão de propriedade no Paraná termina com 2 feridos e 6 presos - Poder - Folha de São Paulo – 08/03/2011

Duas pessoas ficaram feridas e seis foram presas na madrugada do sábado em invasão de fazenda em Alvorada do Sul (PR). A fazenda foi abandonada pelos invasores cerca de dez horas após a invasão com a chegada de reforço de policiais militares.

Segundo a PM, ao menos 30 membros da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura participaram da ação na fazenda Palheta, da Usina Central do Paraná.

Os presos, segundo a polícia, foram autuados por crime de formação de quadrilha, tentativa de homicídio, porte ilegal de arma e invasão de propriedade. A **Folha** não conseguiu contato com os suspeitos.

Dois seguranças foram feridos, mas passam bem.

Governo quer mudar Incra e frear indicação política- Capa – O Estado de São Paulo – 09/03/2011

Documento propõe controle maior sobre superintendências, que são fonte de desvios

Documento preparado no Ministério do Desenvolvimento Agrário propõe mudanças na estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária para aumentar o controle de Brasília sobre as 30 superintendências regionais, comandadas, em sua maioria, por apadrinhados de políticos e fonte de denúncias de desvio de recursos.

Hoje, cada uma das regionais define os planos da reforma agrária e a aplicação de recursos. Com a preparação do programa nacional de combate à miséria,uma das prioridades do governo Dilma Rousseff, a eficiência do órgão também vem sendo questionada, informa o repórter **Roldão Arruda**. A proposta do ministério é vista com desconfiança por funcionários."O Incra e suas superintendências são disputados por correntes do PT e setores do PMDB. Tudo indica que a corrente do PT que hoje domina o ministério quer centralizarem Brasília a chave do cofre", diz o diretor da Confederação dos Servidores do Incra, Reginaldo Aguiar

Documento propõe mudanças no Incra para frear loteamento político e desvios – Roldão Arruda – nacional – O Estado de São Paulo – 09/03/2011

O governo estuda mudanças na estrutura administrativa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Um dos objetivos, explicitado em minuta de texto que circula no Ministério do Desenvolvimento Agrário, é obter maior controle sobre as superintendências regionais da instituição – cujos chefes são, quase todos,nomeados por indicações de políticos.

O Incra tem 30 super intendências pelo País(uma por Estado, com exceção do Pará, que possui três, e Pernambuco,com duas). Cada uma tem ampla autoridade para definir os planos da reforma agrária e a aplicação dos recursos.Uma das reclamações mais frequentes no comando da instituição é o reduzido poder de Brasília sobre as superintendências. Além disso, a eficiência do órgão vem sendo questionada no contexto do programa nacional de combate à miséria, ainda em gestação (*veja abaixo*).

Os chefes das superintendências têm sido permanente fonte de dor de cabeça para o governo. Há dez dias o presidente do Incra, Rolf Hackbart, teve de exonerar o superintendente do Maranhão, Benedito Terceiro, que chegou ao posto com o beneplácito do senador maranhense Epitácio Cafeteira (PTB), aliado político da família Sarney.

De acordo com investigações da Operação Donatário, conduzida pela Polícia Federal, Terceiro seria um dos cabeças de uma quadrilha que desviava recursos destinados à construção de casas nos assentamentos rurais. Houve um rombo de R$ 4 milhões no período de cinco anos, segundo a investigação. Pelos cálculos da Controladoria-Geral da União (CGU), porém, os desvios chegam a R$ 150 milhões.

Em agosto de 2010, Hackbart havia tomado a mesma medida em relação ao superintendente da regional de Mato Grosso do Sul, Waldir Cipriano Neto, cujo nome fazia parte da cota de indicações do PMDB para o segundo escalão no Estado.

Cipriano Neto foi envolvido em outra investigação federal, a Operação Tellus,que descobriu um esquema de venda de lotes e fraude na escolha de fornecedores de produtos e serviços para assentamentos.Em cinco anos, o esquema,

do qual o superintendente foi acusado de participar, causou uma sangria de quase R$ 200 milhões nos cofres públicos. O que mais surpreendeu a Justiça Federal naquele episódio foi a ausência de fiscalização dos contratos feitos pela superintendência regional do Incra.

Atritos. Além dos escândalos de grande visibilidade, verificam- se constantes atritos entre a cúpula da autarquia e os chefes regionais.Um dos casos notáveis é o da superintendência paulista, dirigida por Raimundo Pires da Silva, apoiado por José Rainha, líder dos sem-terra no interior do Estado, e por setores do PT. Ele enfrenta ações judiciais, sob a acusação de contratar empresas sem experiência para a prestação de serviços nos assentamentos. Em Brasília comenta- seque,embora seja dedicado à causa, dirige a superintendência como uma empreitada pessoal e desvinculada do plano nacional.

O governo estuda formas de reduzir essa autonomia e, ao mesmo tempo, dar um caráter mais técnico às regionais, cujas chefias são disputadas por correntes do PT e partidos da base aliada do governo. No Nordeste, segundo um alto dirigentes do Incra, o PT assumiu o papel das velhas oligarquias políticas, antes criticadas pelos petistas.

Na detalhada minuta que circula no Ministério do Desenvolvimento Agrário, o que se propõe é uma reforma na estrutura regimental e no regimento interno do Incra, em vigor desde 2009. A mudança resultaria na concessão de maiores poderes ao conselho diretor, órgão que está acima da presidência, e à diretoria-geral, para acompanhar e fiscalizar as atividades das superintendências.

A proposta é vista com desconfiança por funcionários do Incra e provoca debates no PT. O diretor da Confederação Nacional das Associação Nacional das Associações de Servidores do Incra, Reginaldo Marcos Aguiar, teme que o fortalecimento da diretoria-geral e do conselho diretor possa estar mais vinculado a uma disputa interna pelo poder do que à preocupação com a eficiência.

"O Incra e suas superintendências são disputados hoje por correntes do PT e setores do PMDB. Tudo indica que a corrente do PT que hoje domina o ministério,a Democracia Socialista, quer centralizar em Brasília a chave do cofre", diz ele. "Com a mudança, mesmo que o Incra ou alguma superintendência não fique com essa corrente política, ela mantém o controle." Os diretores da confederação já se reuniram duas vezes com o ministro Afonso Florence, do Desenvolvimento Agrário. Nas duas, ouviram que não haverá nenhuma reforma estrutural.

Para a deputada Luci Choinacki (PT-SC), ligada a movimentos pela reforma agrária, qualquer mudança deve ser amplamente debatida. "Sou contra a ideia de que as superintendências regionais devam ser administradas exclusivamente por critérios técnicos", afirma. "Por envolver questões políticas e sociais,o trabalho do superintendente tem de combinar técnica e política."

Usineiros paulistas usam parentes para ganhar terra em MT – Hélia de Araujo – Poder – Folha de São Paulo – 09/03/2011

Governo apura suposta divisão ilegal de imóveis rurais em programa de regularização fundiária na Amazônia

Somadas as partes de amigos e familiares, área cadastrada pelo grupo atinge limite superior ao permitido

Funcionários e integrantes de uma família de políticos e usineiros do interior paulista se cadastraram no programa federal de regularização fundiária para receber terras em Mato Grosso.

Todos os cadastros tem a mesma indicação de endereço e, segundo o governo, há indícios da divisão da área em diferentes pedaços para driblar limites do programa. Somadas, as terras pretendidas pelo grupo atingem 1.832 hectares. Somente podem participar do programa, o Terra Legal, áreas com até 1.500 hectares -acima disso, vão a leilão ou voltam ao patrimônio público.

No cadastro, aparecem filhos, sobrinhos e funcionários do prefeito de Pitangueiras (SP), João Batista de Andrade (PSDB), que é usineiro.

Além deles, estão na lista o chefe do escritório da usina da família e um secretário da prefeitura da cidade.

Responsável pelo programa, o Ministério do Desenvolvimento Agrário investiga o caso. O coordenador do programa em MT, Nelson de Barros, afirmou que, numa vistoria prévia feita no local, foram encontrados indícios de fracionamento da terra.

A área, no município de Barra do Garças, é destinada à pecuária extensiva, como é chamada a criação de gado solto no pasto.

"Encontramos vários indícios de fracionamento da terra, como apenas uma casa e vários requerimentos para o mesmo lugar", disse.

Barros afirmou ainda que o fracionamento acontece quando o dono de um grande imóvel, em busca da regularização, divide suas terras em pequenos pedaços e coloca cada um no nome de uma pessoa diferente, que solicita o título ao governo.

O programa avalia os dados do cadastro, mede a área por GPS e emite o papel. No entanto, como não tem obrigação de checar a área em campo, não há como saber se a pessoa estava no local antes da data estipulada pelo programa (final de 2004).

O Terra Legal exige ainda que o posseiro comprove que tira seu sustento exclusivamente da área.

Segundo a assessoria do programa, as terras deveriam ser destinadas principalmente para famílias de baixa renda da região e que vivam da agricultura familiar.

No caso da família Andrade e seus funcionários cadastrados no Terra Legal, todos têm residência fixa em Pitangueiras e não moram ou exercem atividades em MT.

Numa página de relacionamentos na internet, a sobrinha do prefeito exibe fotos de uma viagem aos EUA. Outro sobrinho diz que está em Buenos Aires. Na usina, a secretária do usineiro irmão do prefeito disse que ele está em férias fora do país.

A família controla duas usinas, uma em Pitangueiras e outra em Frutal (MG). A unidade paulista, por exemplo, estima para a atual safra 216 milhões de toneladas de açúcar e 58 milhões de litros de álcool combustível.

Usineiros paulistas usam parentes para ganhar terra em MT – Hélia de Araujo – Poder – Folha de São Paulo – 10/03/2011

Governo apura suposta divisão ilegal de imóveis rurais em programa de regularização fundiária na Amazônia

Somadas as partes de amigos e familiares, área cadastrada pelo grupo atinge limite superior ao permitido

Funcionários e integrantes de uma família de políticos e usineiros do interior paulista se cadastraram no programa federal de regularização fundiária para receber terras em Mato Grosso.

Todos os cadastros tem a mesma indicação de endereço e, segundo o governo, há indícios da divisão da área em diferentes pedaços para driblar limites do programa. Somadas, as terras pretendidas pelo grupo atingem 1.832 hectares. Somente podem participar do programa, o Terra Legal, áreas com até 1.500 hectares -acima disso, vão a leilão ou voltam ao patrimônio público.

No cadastro, aparecem filhos, sobrinhos e funcionários do prefeito de Pitangueiras (SP), João Batista de Andrade (PSDB), que é usineiro.

Além deles, estão na lista o chefe do escritório da usina da família e um secretário da prefeitura da cidade.

Responsável pelo programa, o Ministério do Desenvolvimento Agrário investiga o caso. O coordenador do programa em MT, Nelson de Barros, afirmou que, numa vistoria prévia feita no local, foram encontrados indícios de fracionamento da terra.

A área, no município de Barra do Garças, é destinada à pecuária extensiva, como é chamada a criação de gado solto no pasto.

"Encontramos vários indícios de fracionamento da terra, como apenas uma casa e vários requerimentos para o mesmo lugar", disse.

Barros afirmou ainda que o fracionamento acontece quando o dono de um grande imóvel, em busca da regularização, divide suas terras em pequenos pedaços e coloca cada um no nome de uma pessoa diferente, que solicita o título ao governo.

O programa avalia os dados do cadastro, mede a área por GPS e emite o papel. No entanto, como não tem obrigação de checar a área em campo, não há como saber se a pessoa estava no local antes da data estipulada pelo programa (final de 2004).

O Terra Legal exige ainda que o posseiro comprove que tira seu sustento exclusivamente da área.

Segundo a assessoria do programa, as terras deveriam ser destinadas principalmente para famílias de baixa renda da região e que vivam da agricultura familiar.

No caso da família Andrade e seus funcionários cadastrados no Terra Legal, todos têm residência fixa em Pitangueiras e não moram ou exercem atividades em MT.

Numa página de relacionamentos na internet, a sobrinha do prefeito exibe fotos de uma viagem aos EUA. Outro sobrinho diz que está em Buenos Aires. Na usina, a secretária do usineiro irmão do prefeito disse que ele está em férias fora do país.

A família controla duas usinas, uma em Pitangueiras e outra em Frutal (MG). A unidade paulista, por exemplo, estima para a atual safra 216 milhões de toneladas de açúcar e 58 milhões de litros de álcool combustível.

CNA distorce dados para limpar a ficha do latifúndio – Sítio Eletrônico do MST – 11/03/2011

"A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) está usando uma interpretação totalmente equivocada dos dados do censo agropecuário para tentar passar a ideia de que de 1960 para cá houve uma recuperação florestal nos imóveis particulares", mencionou Raul do Valle à IHU On-Line, ao comentar o relatório divulgado pela CNA, o qual mostra que houve crescimento de matas e florestas em terras particulares.

Segundo ele, cerca de 80% do que restou da mata atlântica faz parte de imóveis particulares e tem déficit de vegetação nativa. "Não há dados precisos para o país como um todo, mas para algumas regiões, sim. Por exemplo, na bacia do rio Xingu, no Mato Grosso, há mais de 300 mil hectares de matas ciliares degradadas ou desmatadas".

Em entrevista concedida à IHU On-Line por e-mail, Valle também se manifestou contrário ao projeto de elaboração do novo Código Florestal, proposto pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), o qual será votado na Câmara dos Deputados ainda no mês de março.

"Defendemos que uma reforma na lei atual não anistie desmatamentos ilegais, mas permita que o proprietário que estiver numa área apta à agricultura e já tenha investido recursos para melhorá-la, possa compensar sua reserva legal recuperando áreas menos apropriadas".

Raul Silva Telles do Valle é advogado e mestre em Direito Econômico, formado pela Universidade de São Paulo (USP).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Qual sua reação diante do relatório Revisão do Código Florestal, elaborado pela CNA referente ao crescimento de matas e florestas em terras particulares?

Raul Silva Telles do Valle – A **CNA** está usando uma interpretação totalmente equivocada dos dados do censo agropecuário para tentar passar a ideia de que, de 1960 para cá, houve uma recuperação florestal nos imóveis particulares. Estão falando em um aumento de 72,5%. Essa é uma afirmação que não só não é corroborada pelos dados, como fere o bom senso. Será que alguém acredita que nos últimos 50 anos houve mais recuperação florestal do que desmatamento, e nessa magnitude? Se fosse assim a própria **CNA** não estaria pleiteando a revogação do **Código Florestal**, pois a grande parte dos proprietários estaria regularizada e não teria nada a temer com a aplicação da lei atual.

IHU On-Line – Quais os principais equívocos do relatório?

Raul Silva Telles do Valle – Nós fizemos uma análise desses dados (http://migre.me/3YUeF) e identificamos o equívoco. Em 1960, segundo os dados do IBGE, os imóveis particulares tinham, em média, 23,2% de sua área coberta por

vegetação nativa. Em 2006, data dos dados mais recentes, a média subiu para 29,9%. Houve, portanto, um crescimento modesto, de 6,66%. E esse crescimento se deve, sobretudo, à incorporação de áreas públicas com vegetação nativa, especialmente na Amazônia e no Cerrado. Como muitas dessas áreas ainda não foram totalmente desmatadas, e na Amazônia a reserva legal é muito maior que no restante do país (80% x 20%), é natural que haja hoje, proporcionalmente, um pouco mais de floresta nos imóveis do que em 1960. Mas não porque houve recuperação. Infelizmente.

IHU On-Line – A maioria das áreas de preservação no Brasil pertence a particulares ou à união. Qual a atual situação de preservação das matas em terras particulares?

Raul Silva Telles do Valle – Grande parte das terras no país pertence a particulares e, portanto, naturalmente grande parte das matas está em mãos particulares. Estima-se que cerca de 80% do que restou de mata atlântica esteja em imóveis particulares. Mas, em função de um histórico de desrespeito à lei, que nunca teve instrumentos eficientes para ser aplicada, hoje boa parte dos imóveis particulares tem algum déficit de vegetação nativa, ou seja, está irregular. Não há dados precisos para o país como um todo, mas para algumas regiões, sim. Por exemplo, na bacia do rio **Xingu** no Mato Grosso há mais de 300 mil hectares de matas ciliares degradadas ou desmatadas. Isso sem contar as áreas de reserva legal.

O fato é que há sim um grande passivo, e temos que encontrar formas inteligentes de recuperá-lo, devolvendo vegetação nativa de onde ela nunca deveria ter sido tirada. A proposta defendida pela CNA – relatório Aldo Rebelo – simplesmente elimina esse passivo ao dizer que não é mais necessário recuperá-lo. É um prêmio a quem desrespeitou a lei e uma ameaça à integridade de nossos ecossistemas.

IHU On-Line – O Código Florestal foi reformulado nos anos 1960. Hoje, com uma conjuntura ambiental e econômica diferente, que aspectos a reforma no Código Florestal deveria considerar?

Raul Silva Telles do Valle – Deve considerar, sobretudo, mecanismos econômicos de incentivo à conservação e recuperação. Por exemplo, defendemos que uma reforma na lei atual não anistie desmatamentos ilegais, mas permita que o proprietário que estiver numa área apta à agricultura e já tenha investido recursos para melhorá-la possa compensar sua reserva legal recuperando áreas menos apropriadas, cujo uso econômico é baixo e que, via de regra, estão causando permanentemente prejuízos à sociedade, assoreando rios, desmoronando encostas, interrompendo o fluxo de fauna e flora, contribuindo com enchentes etc. Essa é uma reforma inteligente, que olha para frente, na lógica de criar um mercado para florestas nativas no país, que possa manter áreas hoje preservadas e recuperar áreas hoje degradadas.

IHU On-Line – Um novo código deveria dar atenção especial à floresta amazônica?

Raul Silva Telles do Valle – O ideal seria que cada bioma tivesse uma legislação específica, de acordo com suas peculiaridades, como tem a Mata Atlântica. A Amazônia é um caso óbvio. O conceito de mata ciliar não se aplica ali, pois os igapós são áreas de extrema sensibilidade ambiental, fundamentais para o ciclo ecológico dos

rios, e vão muito além dos 30 ou 100 metros de APP. Deveria haver uma regra específica. Além disso, deveriam existir regras de incentivo específicas à exploração florestal sustentável. Hoje eles existem, mas são poucos.

IHU On-Line – Quais as vantagens e desvantagens do atual código florestal?

Raul Silva Telles do Valle – A vantagem é que ele manda proteger áreas importantes para a produção de serviços ambientais, muito embora estudos recentes sobre faixas ripárias, por exemplo, indiquem que ele é insuficiente. Mas ele traz a ideia de que o dever de proteger é de todos, e não apenas do Estado. A desvantagem é que ele não tem medidas de apoio e incentivo, mas apenas de punição. Com os muitos anos de leniência da sociedade com sua aplicação, não dá para pensar que apenas com multas vamos resolver o problema do passivo. Elas são fundamentais, mas insuficientes. Temos que abrir um novo caminho de incentivos econômicos, de forma que o proprietário que está de acordo com a lei perceba vantagens concretas na hora de pegar um crédito agrícola, comercializar sua produção, pagar imposto rural etc.

IHU On-Line – Quais as implicações da nova proposta de Código Florestal?

Raul Silva Telles do Valle – A proposta que está sendo discutida, elaborada pelo deputado **Aldo Rebelo** e apoiada pela bancada ruralista, tem uma implicação muito simples: vai premiar a ilegalidade e manter para sempre degradadas áreas ambientalmente importantes. Por exemplo, uma beira de rio que estiver ocupada desde antes de 2008, e que todos os anos joga toneladas de solo para dentro da água, poderá continuar do jeito que está. Pela lei atual ela deveria ser recuperada.

Além disso, diminui a área de reserva legal em todo o país, isentando os imóveis de até quatro módulos fiscais. Isso, além de não ter sentido, abre uma brecha impressionante para fraude, pois muitos imóveis maiores são, para os olhos do cartório, um conjunto de matrículas de imóveis menores e todos eles podem passar a ser isentos de reserva legal. O efeito, portanto, é imponderável, mas sabe-se que mais de 95% dos imóveis deixariam de ter reserva legal.

IHU On-Line – Uma das propostas do novo código é anistia completa para todas as multas aplicadas por desmatamento de Área de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL). Como vê a possibilidade de anistiar quem desmatou as florestas?

Raul Silva Telles do Valle – O problema não é anistiar multas, mas desobrigar a recuperação dessas áreas. Se o sujeito recuperar a área, não precisa ser multado. Mas o projeto, na verdade desobriga a recuperação, o que é intolerável.

IHU On-Line – A CNA defende que desde 1989, ano de criação da reserva legal do cerrado, não houve mais desmatamento. O senhor sabe qual é a atual situação do bioma?

Raul Silva Telles do Valle – A reserva legal no cerrado existe desde antes de 1989. É uma afirmação enganosa essa da **CNA**. Há vários casos de reserva legal preservada, com autorização do poder público, anteriores a 1989. Eles interpretam a lei do jeito que mais lhes convém, mesmo que não encontre respaldo na realidade.

Com controle de 26 superintendências, petistas transformam Incra em feudo – João Domingos – Nacional – O Estado de São Paulo – 12/03/2011

Embora já exista uma proposta de reforma da estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que tem por objetivo acabar como loteamento político dos cargos na autarquia, o governo não cumpre esse objetivo. Levantamento feito pelo Estado apurou que das 30 superintendências 26 estão nas mãos do PT. As quatro restantes estão com um técnico do próprio instituto, um representante da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag),uma filha do do PMDB e outro do PTB.

Entre as 26 superintendências controladas ou por petistas militantes ou por técnicos

ligados ao partido, várias foram entregues à Democracia Socialista (DS), tendência interna do PT à qual pertence o ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence. Ele substituiu Guilherme Cassel, da mesma ala, que havia entrado no lugar do gaúcho Miguel Rossetto, outro importante nome da corrente.

Esse setor petista posiciona se mais à esquerda do que a ala majoritária, a Construindo um Novo Brasil (CNB), à qual pertence o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário é um feudo da DS. Quando a presidente Dilma Rousseff resolveu tirar Cassel, ela convidou em primeiro lugar para dirigir a pasta o senador Walter Pinheiro (BA), mas ele preferiu ficar no Congresso e indicou o nome de Florence. Procurado pelo **Estado**, Afonso Florence não quis se manifestar.

O domínio que a DS tem do setor agrário do governo é tão grande que pode tirar da presidência do Incra o petista Rolf Hackbart. Ele é ligado à ala da Igreja que atua no campo, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A substituição não ocorreu ainda porque a presidente Dilma Rousseff resistiria a ceder tanto espaço à DS num setor tido como problemático, violento e cujas metas de assentamento de trabalhadores rurais não é cumprida, informaram assessores do Palácio do Planalto.

Tradição.O domínio petista no Incra tem sido uma tradição desde a posse de Lula,em2003.Mas outros partidos aliados vinham conseguindo ocupar algum espaço ali, como o PTB.

O superintendente de Goiás, Rogério Arantes, é sobrinho do líder do partido na Câmara, Jovair Arantes. Como o tio, ele é dentista. Há uma forte pressão do PT para que ele seja substituído. O argumento apresentado ao ministro Florence é que não há nenhuma lógica em ter um dentista no comando do Incra.

No Maranhão, a superintendência era controlada por um consórcio do PTB com o PMDB. Por influência do senador Epitácio Cafeteira(PTB-AM)e do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), o Incra maranhense foi tocado durante o governo de Lula por Benedito Terceiro. No início do ano ele acabou preso pela Polícia Federal, durante a Operação Donatário.

De acordo com a PF, Terceiro seria um dos cabeças de uma quadrilha que desviava recursos destinados à construção de casas nos assentamentos. Houve um rombo de R$ 4milhões em cinco anos. A Controladoria-Geral da União (CGU)

calcula que os desvios chegaram a R$ 150 milhões.Para o lugar de Terceiro foi nomeado Luiz Alfredo Soares da Fonseca, técnico sem filiação partidária.

Sarney perdeu Benedito Terceiro no Maranhão, mas garantiu um aliado no Amapá.O Incra acaba de substituir Raimundo Picanço, um nome ligado ao PT, por Américo Távola da Silva, da cota do presidente do Senado. No Mato Grosso do Sul, Waldir Cipriano Neto, ligado ao PMDB, foi substituído por Manuel Furtado Neves, da ala petista. Em outubro,Cipriano Neto foi investigado pela PF sob a acusação de participar de um suposto esquema de compras superfaturadas de terras e vendas ilegais de lotes de assentamentos.

Perde a Embrapa, perde o Brasil – Rodrigo Lara Mesquita – Espaço Aberto – O Estado de São Paulo – 15/03/2011

No momento em que o País discute no Congresso Nacional a reforma do Código Florestal e enfrenta grandes desafios de planejamento, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) extingue, em Campinas, a sua única área de excelência em gestão territorial estratégica.

A Embrapa Monitoramento por Satélite foi criada há mais de 20 anos com a finalidade de ser um instrumento estratégico do Ministério da Agricultura e do Estado brasileiro em planejamento e monitoramento territorial.

A equipe do centro desenvolveu sistemas inéditos, baseados no uso de satélites, para monitorar queimadas e desmatamentos na Amazônia; controlar a febre aftosa na faixa de fronteira;avaliar o alcance territorial das mudanças introduzidas na legislação ambiental; mapear a irrigação no Nordeste, a urbanização nos municípios brasileiros e a expansão da agroenergia ;monitorar o andamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em todo o País e outros estudos. A maior parte dos resultados inovadores dessas pesquisas e prestações de serviços está disponível no site da Embrapa Monitoramento por Satélite (*www.cnpm.embrapa.br*).

Tendo em perspectiva a Eco-92 e as questões relacionadas à gestão territorial estratégica da Amazônia, apoiei a instituição, criada em 1989 por determinação do presidente José Sarney, e contribui para seu crescimento por meio do Comitê Assessor Externo (CAE). Rapidamente o centro passou a fornecer informações para diversos órgãos da Presidência da República, para as diversas cadeias produtivas da agricultura,para a mídia,para organizações não governamentais e para a sociedade brasileira em geral.

Os dados à disposição em seu site chegaram a receber mais de 1 milhão de hits diário, com picos em lançamentos de resultados de projetos inovadores como *O Brasil Visto do Espaço*, *O Brasil Visto em Relevo* ou ainda *Rio Demene – um caminho para a Amazônia*. O centro passou a receber e a formar estagiários, bolsistas, mestrandos e doutorandos da Universidade de São Paulo, da Unicamp, da Unesp, da Unipe outras,além de participar de diversos projetos de pesquisa internacionais e bilaterais em sua área de atuação.

Em razão dessa história exemplar, ao prestar serviços e trazer soluções tecnológicas adequadas, competitivas e viáveis na temática da gestão territorial, o centro angariou reconhecimento público por seu trabalho, gerando em 2008– enquanto a problemática em torno das questões de ordenamento territorial ainda constava do seu norte estratégico – 461 notícias sobre suas atividades,em 253 veículos distintos de imprensa no Brasil e no exterior. Esse processo culminou, em 2009, com

a inauguração de suas modernas instalações pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acompanhado de cinco ministros e autoridades do Judiciário e do Legislativo.

Em 20 anos de existência o centro gerou mais de uma centena de zoneamentos e sistemas de gestão e monitoramento territorial para a agricultura e o agronegócio, desde a escala local até a planetária. Foram maisde100milmapasepublicações, e suas informações científicas beneficiaram milhões de usuários no Brasil e no exterior, além de mais de 2 mil parceiros e clientes diretos. Mapas mundi e do Brasil, gerados a partir de imagens de satélite pela área de Gestão Territorial Estratégica do centro, ainda decoram várias salas da presidente da República, do ministro da Agricultura e de autoridades do governo federal.

Com a mudança na direção do centro,nofinalde2009,teve início um processo de paralisação de diversas atividades de prestação de serviços aos Ministérios da Agricultura, do Planejamento, aos órgãos da Presidência da República e às organizações da sociedade, acompanhada de uma pressão sobre pesquisadores que já rendeu um processo por assédio moral contra a atual chefia na Justiça do Trabalho. Em 2010,o centro deixou de utilizar mais de R$ 6 milhões disponíveis para o monitoramento de obras do PAC!

No início deste ano, a atual chefia tentou apagar o passado do centro, ao retirar do acesso público os resultados de cerca de 50 projetos e ações de pesquisa, num total de milhares de páginas. Os dados só retornaram ao site, dois meses depois, após intervenção do ministro Wagner Rossi. Ele atendeu aos reclamos de parceiros e usuários do site, numa movimentação que envolveu até o prefeito de Campinas em manifestação pública sobre o tema(*http://www.campinas.sp*. *gov.br/noticias-integra.php? id=5111*).

Essa ação destrutiva culmina agora com o desmonte injustificável da área de Gestão Territorial Estratégica e a destituição de sua liderança, efetivada sem nenhuma consulta prévia ao CAE, aos parceiros e beneficiários de seu trabalho na Casa Civil e no gabinete de Segurança Institucional da Presidência, em outros Ministérios e, principalmente, no da Agricultura.

É inacreditável a ousadia dos projetos pessoais de alguns e dos interesses escusos de outros, ao agir coma *res publica* como se fosse sua propriedade privada. Oxalá o governo federal e, em particular, o ministro Wagner Rossi e a presidente Dilma Rousseff saibam que o País não pode prescindir de um trabalho tão essencial para a defesa da agricultura brasileira, aqui e no exterior.

Se o ministro Rossi e a diretoria da Embrapa não reverterem esse descalabro do atual gestor do centro, serão no futuro responsabilizados pela sociedade civil pela perda de um precioso cabedal de gestão estratégica territorial. Por não compartilhar tal irresponsabilidade na gestão de um serviço estratégico para o Brasil, apresento publicamente minha demissão do Comitê Assessor Externo da Embrapa Monitoramento por Satélite.

*

JORNALISTA, É DIRETOR DA
RADIUMSYSTEMS – PEABIRUS

Embrapa ameaça extinguir núcleo de gestão territorial e usuários protestam – José Maria Tomazela – Economia – O Estado de São Paulo – 16/03/2011

Empresários do agronegócio e políticos criticam paralisação das atividades da unidade de Gestão Territorial Estratégica em Campinas

Usuários dos serviços do núcleo de Gestão Territorial Estratégica (GTE), área de excelência da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)em Campinas,reagiram à denúncia da extinção da unidade, publicada na edição de ontem do 'Estado'.

De acordo como artigo, desde que assumiu o Centro de Monitoramento por Satélite, no fim de 2009,a atual direção vinha paralisando a prestação de serviços aos Ministérios da Agricultura, do Planejamento, aos órgãos da Presidência da República e às organizações da sociedade. O desmonte culminou com a destituição do então supervisor do GTE, Claudio Spadotto, e de sua equipe, na semana passada.

Um dos setores mais afetados é o do agronegócio, que usava os estudos do GTE para dimensionar as reservas florestais e áreas de agricultura e pecuária. Para a Associação Brasileira do Agronegócio de Ribeirão Preto, a equipe técnica do GTE produziu dois estudos de gestão territorial, um deles enfocando a região de Ribeirão Preto, o outro, a região nordeste do Estado. A assessoria da presidente Monika Bergamaschi disse que seria lamentável a paralisação do serviço.

O empresário do setor sucroalcooleiro Maurílio Biagi Filho, conselheiro da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica), considerou um "desserviço para o agronegócio" o fim do núcleo de pesquisa e inovação da Embrapa em Campinas.

O GTE também vinha abastecendo com informações estratégicas outros setores, como o da segurança. "É lamentável porque eles vinham fazendo um trabalho sério, com base científica, num setor em que geralmente falta serenidade."

Os mapas produzidos com detalhes de até 50 cm foram usados na operação militar que resultou na ocupação do Complexo do Alemão,no Rio.O centro apoiou o Exército nas ações de paz no Haiti e na proteção das fronteiras. Também tinha se transformado em parceiro do governo nos vários níveis de gestão.A Casa Civil da Presidência usava a tecnologia para monitorar, via satélite, as mais de 400 obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no País.

Entre os projetos paralisados, estão levantamentos que ajudariam 60 cidades do interior paulista a planejar o crescimento urbano e até a retirar moradores de áreas de risco.Apenas em Campinas, com o uso de satélites, o GTE identificou 17 áreas inundáveis, permitindo que a prefeitura planejasse intervenções de baixo custo. O prefeito Hélio Santos(PDT)considerou lamentável a paralisação do serviço. Quando o banco de dados do GTE foi retirado do site, no mês passado, Santos enviou ofício ao ministro da Agricultura, Wagner Rossi, pedindo a recolocação e foi atendido.

Elogios.O deputado Aldo Rebelo(PCdoB-SP)disse que vai conversar com o ministro Wagner Rossi sobre a paralisação dos serviços do núcleo do GTE de Campinas. Ele usou os mapas para subsidiar a elaboração da proposta do novo Código Florestal e disse que o serviço tem sido elogiado por todos que o utilizam. "Uso também para pautar os trabalhos da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, por isso sei que esse trabalho é importante e essencial."

Ouvido pelo **Estado**,o diretor do Centro de Monitoramento da Embrapa-Campinas,Mateus Batistella ,negou que tenha desativado o GTE. Segundo ele, algumas mudanças fazem parte de uma grande reestruturação da Embrapa nas 45 unidades de pesquisa espalhadas pelo País.

Battistella disse que o GTE nunca foi um setor, núcleo ou área definida no regimento do órgão. "É um laboratório que faz parte do núcleo de pesquisa e

desenvolvimento e está sendo ampliado e fortalecido, inclusive com a contratação de pesquisadores.” Segundo ele, os serviços continuarão a ser prestados normalmente.

Spadotto contestou a versão do atual dirigente: “O que foi dito por ele (Batistella), numa reunião formal, foi que o GTE deixaria de existir”. O ex-dirigente, que entrou com ação contra o atual por assédio moral, não acredita que os usuários serão atendidos nas demandas mais específicas.

O ministro da Agricultura, Wagner Rossi, foi procurado pela reportagem, mas não tinha dado retorno até o início da noite.

Limite para estrangeiro comprar terra será de 3 mil hectares – Marta Salomon – Primeiro Caderno – O Estado de São Paulo – 17/03/2011

Proposta em estudo reduz de 100 para 30 módulos fiscais acesso de empresas de capital externo a áreas rurais no País

Será de 30 quilômetros quadrados (3 mil hectares) a extensão máxima de terras que empresas com capital estrangeiro poderão comprar ou arrendar no Brasil,segundo proposta em debate no governo. O objetivo é tentar frear o avanço de investidores externos em negócios com imóveis rurais no País. Os limites da lei serão mais rigorosos na Amazônia.

Proposta de projeto de lei a que o **Estado** teve acesso estabelece novos limites em módulos fiscais – medida que varia, conforme o município, entre 5 e 100 hectares. Pessoas físicas poderão ter até 15 módulos fiscais, sem precisar de aval prévio do Congresso Nacional.Pessoas jurídicas– inclusive empresas brasileiras com controle de capital ou gestão em mãos de estrangeiros– poderão comprar ou arrendar até 30 módulos, em áreas contínuas ou não.

A proposta foi elaborada por grupo de trabalho coordenado pela Advocacia-Geral da União no segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Integrado também pelo Gabinete de Segurança Institucional e pelos Ministérios da Defesa e do Desenvolvimento Agrário, o grupo chegou a cogitar a edição de uma medida provisória. Mas a campanha eleitoral deixou o assunto em suspenso na agenda do governo.

Dilma Rousseff, na época chefe da Casa Civil, recebeu cópia da proposta. Depois de assumir a Presidência, ainda não indicou quando o texto irá ao Congresso. O atual governo mantém a avaliação de que a compra e o arrendamento de terras continuam crescendo e fogem ao controle dos cadastros oficiais.

Atualmente,uma empresa pode deter até 100 módulos de exploração indefinida (medida também variável de acordo com o município), sem autorização do Congresso. Em conjunto, pessoas físicas ou empresas com participação estrangeira não podem ter mais do que 25% da área total de um município. Esse limite cairá para 10% na Amazônia Legal, de acordo com a proposta em debate.

Controle. Negócios que vierem a ser celebrados fora dos limites impostos pela proposta poderão ser anulados pelo Incra, que passa a ser responsável por autorizar qualquer compra ou arrendamento de terras. O controle se estenderá também a fundos de investimentos que lidem “direta ou indiretamente” com a compra de imóveis rurais.

Medidas destinadas a estabelecer controles sobre esse avanço em terras no Brasil que não dependem de mudanças em lei já vêm sendo adotadas.Em agosto passado, a Advocacia-Geral da União enquadrou empresas brasileiras com controle de capital ou gestão em mãos de estrangeiros nos limites estabelecidos por lei no início dos anos 70.

Anteontem, conforme informou o **Estado**, um aviso ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio determinou que as juntas comerciais bloqueiem compras ou fusões de empresas estrangeiras com brasileiras que detenham terras. Essa é uma manobra identificada como forma de burlar o controle nos cartórios de compra e venda de imóveis.

A busca de estrangeiros por áreas para a produção de alimentos e biocombustível é o principal argumento do governo para impor restrições à propriedade de terra no País.

Limite para estrangeiro comprar terra será de 3 mil hectares – Marta Salomon – Primeiro Caderno – O Estado de São Paulo – 17/03/2011

Proposta em estudo reduz de 100 para 30 módulos fiscais acesso de empresas de capital externo a áreas rurais no País

Será de 30 quilômetros quadrados (3 mil hectares) a extensão máxima de terras que empresas com capital estrangeiro poderão comprar ou arrendar no Brasil,segundo proposta em debate no governo. O objetivo é tentar frear o avanço de investidores externos em negócios com imóveis rurais no País. Os limites da lei serão mais rigorosos na Amazônia.

Proposta de projeto de lei a que o **Estado** teve acesso estabelece novos limites em módulos fiscais – medida que varia, conforme o município, entre 5 e 100 hectares. Pessoas físicas poderão ter até 15 módulos fiscais, sem precisar de aval prévio do Congresso Nacional.Pessoas jurídicas– inclusive empresas brasileiras com controle de capital ou gestão em mãos de estrangeiros– poderão comprar ou arrendar até 30 módulos, em áreas contínuas ou não.

A proposta foi elaborada por grupo de trabalho coordenado pela Advocacia-Geral da União no segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Integrado também pelo Gabinete de Segurança Institucional e pelos Ministérios da Defesa e do Desenvolvimento Agrário, o grupo chegou a cogitar a edição de uma medida provisória. Mas a campanha eleitoral deixou o assunto em suspenso na agenda do governo.

Dilma Rousseff, na época chefe da Casa Civil, recebeu cópia da proposta. Depois de assumir a Presidência, ainda não indicou quando o texto irá ao Congresso. O atual governo mantém a avaliação de que a compra e o arrendamento de terras continuam crescendo e fogem ao controle dos cadastros oficiais.

Atualmente,uma empresa pode deter até 100 módulos de exploração indefinida (medida também variável de acordo com o município), sem autorização do Congresso. Em conjunto, pessoas físicas ou empresas com participação estrangeira não podem ter mais do que 25% da área total de um município. Esse limite cairá para 10% na Amazônia Legal, de acordo com a proposta em debate.

Controle. Negócios que vierem a ser celebrados fora dos limites impostos pela proposta poderão ser anulados pelo Incra, que passa a ser responsável por autorizar qualquer compra ou arrendamento de terras. O controle se estenderá também a fundos de investimentos que lidem "direta ou indiretamente" com a compra de imóveis rurais.

Medidas destinadas a estabelecer controles sobre esse avanço em terras no Brasil que não dependem de mudanças em lei já vêm sendo adotadas.Em agosto passado, a Advocacia-Geral da União enquadrou empresas brasileiras com controle de capital ou gestão em mãos de estrangeiros nos limites estabelecidos por lei no início dos anos 70.

Anteontem, conforme informou o **Estado**, um aviso ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio determinou que as juntas comerciais bloqueiem compras ou fusões de empresas estrangeiras com brasileiras que detenham terras. Essa é uma manobra identificada como forma de burlar o controle nos cartórios de compra e venda de imóveis.

A busca de estrangeiros por áreas para a produção de alimentos e biocombustível é o principal argumento do governo para impor restrições à propriedade de terra no País.

Ministro intervém e Embrapa vai retomar serviço – José Maria Tomazela – Economia – O Estado de São Paulo – 17/03/2011

Wagner Rossi, da Agricultura, determinou ontem a recomposição do serviço de gestão territorial estratégica, ameaçado de desmonte pelo órgão

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi, determinou ontem a recomposição do serviço de gestão territorial estratégica, ameaçado de desmantelamento pela atual administração do Centro de Monitoramento por Satélite (CMS) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em Campinas.

Entre os clientes do núcleo de Gestão Territorial Estratégica (GTE) estão os Ministérios da Agricultura, do Planejamento, órgãos da Presidência da República e organizações da sociedade. O desmonte, denunciado pelo **Estado**, culminou com a destituição do então supervisor do GTE, Claudio Spadotto, e de sua equipe, na semana passada. Rossi disse ao **Estado** ter determinado que nenhuma outra providência seja tomada nessa área sem que ele seja consultado antecipadamente.

"Avoquei a continuidade do assunto e determinei ao presidente da Embrapa(Pedro Arraes)para levantar e me apresentar todos os dados, inclusive as informações trazidas pelo **Estadão**." O ministro contou ter recebido muitas manifestações de usuários do núcleo preocupados com a descontinuidade dos serviços. "Posso garantir que não haverá descontinuidade, pois aqui no ministério consideramos de extrema importância esse trabalho. Como existe certa divergência de opinião entre membros e pesquisadores da área, dei um prazo muito curto para que o pessoal tome nova atitudede entendimento."

O ministro confirmou ter tem nas mãos a minuta de uma proposta para reinstalar a unidade como um núcleo desvinculado do CMS e com mais autonomia. O projeto está em estudo, mas Rossi pretende ainda dar oportunidade ao atual gestor para que providencie o retorno do GTE à situação anterior.

Intervenção. A intervenção do ministro agradou a diretora executiva da Associação Brasileira do Agronegócio de Ribeirão Preto (Abagrp), Monika Bergamaschi.“ O GTE possui um raro grupo de pesquisadores da mais alta capacidade,analistas e colaboradores que alavancam sua capacidade de atuação. Por sua relevância e importância, a Abag deseja que ela continue oferecendo à sociedade respostas e soluções para os desafios do agronegócio brasileiro.”

O diretor da Agência Nacional das Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo, que foi surpreendido pela notíciado desmanchedo GTE quando já discutia a contratação de um serviço para o mapeamento das áreas com risco de inundações em todo o País, elogiou a posição do ministro.

“Já havia utilizado os serviços do núcleo quando atuava na prefeitura de Campinas, por isso fiquei surpreso.” Ele contou que, ao assumir a agência, percebeu a necessidade de produzir um atlas da vulnerabilidade para inundações em grandes extensões, a fim de planejar ações preventivas.“ Estávamos numa conversa inicial e fico feliz se ainda pudermos contar esse serviço da Embrapa”, afirmou.

União freia compra de terra por estrangeiro - Mauro Zanatta - Valor Econômico - Brasil - 17/03/2011

O governo está determinado a conter e reverter o avanço de investidores estrangeiros em terras brasileiras.

A Advocacia-Geral da União (AGU) enviou ontem um ofício ao Ministério da Fazenda orientando a instituição a criar regras, por meio de instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para impedir a aquisição de ações de companhias brasileiras detentoras de terras, e listadas na Bolsa de Valores, por empresas de capital estrangeiro.

O documento foi enviado, de forma reservada, ao ministro Guido Mantega em caráter de urgência.

Por recomendação da AGU, a medida deve abranger todas as companhias de capital aberto detentoras de terras do país, segundo apurou o Valor .

Hoje, a empresa mais cobiçada nesses negócios é a SLC Agrícola, cujos ativos contêm uma ampla extensão de terras em vários Estados.

Ela é um exemplo da situação que o governo procura evitar.

Mesmo sem ter capital aberto, a R a d a r, criada pelo grupo Cosan para administrar terras, também seria atingida pela medida do governo.

A AGU enviou um ofício ao Ministério do Desenvolvimento recomendando o bloqueio de aquisições e fusões a partir da informação das Juntas Comerciais.

As compras de terras por estrangeiro vinham sendo fechadas com base em parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) que dispensou autorização para a aquisição de imóveis rurais no país. Até 1995, o Artigo no 171 da Constituição, depois revogado, permitia a distinção entre dois conceitos: empresa nacional de capital estrangeiro e companhia controlada por acionistas não residentes no país ou com sede no exterior. Nos debates internos, a AGU avalia ser uma questão de soberania garantir as terras exclusivamente para brasileiros.

Os especialistas argumentam que a terra “é o que o país tem de melhor” e que não pode “sair v e n d e n d o” a qualquer preço.

De 2002 a 2008 houve uma avalanche de investimentos estrangeiros em terras no país. Dados do Banco Central apontam para aporte de US$ 2,43 bilhões no período.

Se consideradas todas as atividades do agronegócio, como agroindústrias e serviços, a conta chega a US$ 46,91 bilhões em sete anos.

A decisão da AGU também abre a possibilidade de questionamentos jurídicos nos casos de aquisições e fusões anteriores à sua interpretação da Lei no 5.709, de 1971.

O texto limitava as compras a um quarto da área de cada município e previa que cidadãos de mesma nacionalidade não podiam ser donos de mais de 40% desse limite.

O governo avalia que precisa "fechar a porta" para novos avanços de estrangeiros, sobretudo chineses e árabes, que buscam no Brasil uma forma de garantir abastecimento alimentar. A AGU entende que a terra tem papel estratégico, além das questões comerciais.

Dados inéditos do cadastro rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) mostra que, até 2008, haviam 4,04 milhões de hectares registrados por estrangeiros. São 34.218 imóveis concentrados em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Bahia e Minas Gerais.

A AGU entende que o país tem muita terra, muita produção, mas precisa ter planejamento e instrumentos para garantir comida a mais de 200 milhões de habitantes no futuro. O governo avalia que a interpretação da lei é "v i v a" e pode mudara cada período de tempo.O que antes demorava 30 anos para "caducar ", hoje leva cinco anos.

O panorama produtivo mudou desde 1998, quando a própria AGU deu um parecer equiparando empresas de capital estrangeiro a companhias brasileiras. A exigência por zoneamentos econômicosecológicos (ZEE) poderia ficar manietada em caso de propriedade estrangeira da terra. Se o governo precisar induzir a produção de determinado produto em uma região específica, como ficaria a situação? Essa questão também ajudou a nortear a decisão da AGU.

Trabalho escravo no Brasil: uma herança maldita do capitalismo. Entrevista especial com Frei Xavier Plassat - Sítio Eletrônico da CPT - 18/03/2011

"O trabalho escravo contemporâneo no Brasil tem sido principalmente detectado e combatido em atividades rurais". Assim Xavier Plassat descreve a situação de um dos grandes problemas do país: o trabalho escravo. Na entrevista a seguir, ele fala da saída da empresa Cosan da lista suja, um cadastro público produzido pelo Ministério do Trabalho de empresas acusadas de submeter trabalhadores a situações análogas à escravidão.

(IHu Online)

"No caso da Cosan, o que acontece é que o advogado do governo está renunciando a defender seu cliente, acordando por escrito com a Cosan que a União deixará de apelar contra a última decisão da justiça em favor da desta e não buscará, portanto,

reincluir seu nome na lista suja", explicou.

A Cosan é uma das maiores produtoras e exportadoras de açúcar e etanol do mundo, e a maior produtora de energia elétrica a partir do bagaço da cana-de-açúcar. Em fevereiro deste ano, a empresa se uniu a Shell e, juntas, criaram a Raízen que será a marca corporativa dos negócios e a aposta para o crescimento das vendas internacionais de etanol. No entanto, a Cosan havia sido incluída no cadastro de empregadores flagrados com mão-de-obra escrava em dezembro de 2009 por conta da libertação de 42 pessoas em sua usina em Igarapava-SP.

Nascido na França, Frei Jean Marie Xavier Plassat é coordenador da Campanha contra o Trabalho Escravo e destaca-se pela sua atuação na Comissão Pastoral da Terra (CPT) e na luta contra o trabalho escravo contemporâneo no Brasil. Seu trabalho rendeu-lhe o Prêmio Nacional de Direitos Humanos em 2008. É graduado em Ciência Política em Paris em 1970, ingressou na ordem dominicana no ano seguinte.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Depois de fazer um acordo com o governo federal, o nome da Cosan não consta mais na chamada "lista suja" do Ministério do Trabalho. Qual sua avaliação deste acordo? Ele abre brecha para a continuidade do trabalho escravo no Brasil?

Frei Xavier Plassat – É preciso voltar um pouco antes deste acordo. Os fatos caracterizando o trabalho análogo ao de escravo resultam de uma fiscalização de 2007 na Usina Junqueira, do grupo Cosan, em Igarapava-SP. Na oportunidade foram resgatados 42 cortadores de cana aliciados em Pernambuco por um gato camuflado de empresa terceirizada de corte de cana. Esgotados os recursos disponíveis contra os autos da fiscalização, o nome da Cosan foi para o Cadastro de Empregadores da Portaria nº 540/04 do Ministério do Trabalho (vulgo: "lista suja"). Bem antes de qualquer conversa com o governo federal, a Cosan já conseguiu na Justiça do Trabalho uma decisão liminar – concedida pelo juiz substituto Raul Gualberto Fernandes Kasper de Amorim, do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT-10) posteriormente confirmada por sentença de 1ª instância –, retirando seu nome da Lista suja: este é o expediente regularmente procurado por outros empregadores na mesma situação. Eles têm esse direito e há juízes para atendê-los prontamente, mesmo se para isso se utilizam de argumentos impróprios, demonstrando frequentemente seu grave desconhecimento em relação ao que a lei brasileira considera como trabalho análogo ao de escravo.

Geralmente, esses argumentos não resistem aos recursos interpostos e apreciados nas instâncias superiores. É dever do Advogado do Governo, que é a Advocacia Geral da União, defender judicialmente os atos do Executivo: portanto cabe ao Advogado Geral da União recorrer de tais decisões até a última instância. No caso da Cosan, o que acontece é que o advogado do governo está renunciando a defender seu cliente, acordando por escrito com a Cosan que a União deixará de apelar contra a última decisão da justiça em favor desta e não buscará, portanto, reincluir seu nome na "lista suja". É uma situação para lá de bizarra: inédita e escandalosa. Como para dizer: "ao agronegócio tudo é permitido" ou ainda: "o Ministério responsável pela publicação da lista suja – que é o Ministério do Trabalho – agiu de forma equivocada e não dá para defendê-lo". Essa postura (a de desqualificar a atuação do Ministério do Trabalho e Emprego – TEM) já havia sido adotada pelo então ministro da Agricultura, Reinhold

Stephanes, cuja pasta é mesmo a de advocacia geral do agronegócio brasileiro (ele chegou a qualificar a inclusão da Cosan na "lista suja" de "exagero" e de "erro"). A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, senadora Kátia Abreu, é mais radical: “Agentes partidários, travestidos de funcionários públicos, empenham-se em difundir a infâmia de que a maioria dos produtores rurais ou é predadora do meio ambiente ou escravagista. A manipulação de causas contra as quais ninguém, na essência, se opõe é um dos truques de que se vale uma certa esquerda fundamentalista, adversária da livre-iniciativa, para manter como reféns os produtores rurais, difamando-os” (O Estado de São Paulo, 25-5-2010).

Bizarro e escandaloso: porque há provas caracterizando como “análoga à de escravo” a situação encontrada pelos fiscais em junho de 2007 na Usina da Cosan (usina Junqueira, em Igarapava-SP). Trata-se do relatório do Grupo Móvel de Fiscalização onde são reunidas as evidências coletadas pelos Auditores Fiscais do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho e a Polícia Federal presentes na operação. Mesmo assim, na sua decisão o magistrado sustentou que os autos de infração eram insuficientes para a "tipificação da redução à condição análoga à de escravo". E ainda argumentou que, por ter assinado – três meses antes do caso em tela – um Termo de Ajustamento de Conduta com o MPT (TAC nº 2803/2006), em consequência de uma fiscalização anterior, a Cosan não podia ser questionada por procedimentos que já havia se comprometido a resolver... entre os quais justamente o uso da terceirização ilegal.

"Bizarro e escandaloso: porque há provas caracterizando como “análoga à de escravo” a situação encontrada pelos fiscais em junho de 2007 na Usina da Cosan"

O que impressiona e desola ao mesmo tempo é ver que um Advogado Geral da União, por tarefa, eminente sabedor das leis, venha se utilizar dos mesmos argumentos falhos: segundo a reportagem de João Carlos Magalhães, publicada na Folha de São Paulo (28-2-2011), o ministro Adams afirma que só fez acordo para resolver uma situação “excepcional”: pois há “fatores que indicam a não intencionalidade” da Cosan em submeter os trabalhadores a tratamento análogo à escravidão, e mais: não foi nem ela que infligiu esse tratamento, foi um terceiro: a tal empresa terceirizada! Ora justamente esta é estratégia mais comum na prática contemporânea do trabalho escravo: o responsável pela atividade-fim contrata os serviços de terceirizados, imaginando eximir-se da responsabilidade de empregador. É jurisprudência constante a requalificação deste truque: porque no direito brasileiro do trabalho, o que predomina é a realidade da relação, não a sua roupagem legal. Tanto é que já se perdeu a conta dos fazendeiros obrigados a pagar pelas falcatruas do gato por eles interposto, das siderúrgicas intimadas a assumir as contas dos seus carvoeiros de fachada, e das usinas responsabilizadas por terceirização ilegal.

Mas tem outro "detalhe", provavelmente determinante no caso da Cosan: a mesma empresa já havia assinado pactos de responsabilidade empresarial: entre estes o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar. Inclusive, no comunicado público sobre o episódio, a companhia assume para si o "papel de liderança, junto aos governos estadual e federal, no esforço de regulamentar e melhorar as condições de trabalho de toda a cadeia produtiva do agronegócio". No intuito de promover a imagem limpa do produto brasileiro, esse compromisso foi laboriosamente articulado pelo governo federal, na busca frenética

de conferir ao etanol o status de commodity global. Este é um compromisso do tipo amistoso: basta assinar que ninguém cobra nada, ninguém monitora, ninguém é sancionado. Você, por encantamento, vira ficha limpa. No ano passado, a própria Comissão Nacional Para a Erradicação do Trabalho Escravo – Conatrae chamou para discutir esta bizarrice um representante da Presidência da República. Foi prometida a iminente elaboração de mecanismo de monitoramento independente.

Até hoje esperamos... Entendo assim: ficava realmente muito feio na fotografia ter a mesma empresa ao mesmo tempo incluída na lista suja e presumida "liderança" da lista limpa. A solução imaginada foi a de quebrar um dos dois termômetros. Ao descartar a possibilidade de a Cosan voltar a frequentar o cadastro do Ministério do Trabalho, o Advogado Geral da União (Luis Inácio), cumprindo ordens recebidas de cima (...), acabou provocando uma deflagração que promete de ir longe. Se o Compromisso da Cana já era considerado um duvidoso instrumento de marketing, agora virou um has been. Já era. A comunidade internacional, a ONU, a OIT costumavam louvar a corajosa política de erradicação do trabalho escravo adotada no Brasil, embasada em avançado conceito legal, alicerçada na independência e no rigor da fiscalização, e amparada por intensa mobilização social e institucional. Já era. Se tal bizarrice foi concedida à Cosan, por que seria recusada a outra qualquer empresa de renome ou de peso ou de boa contribuição eleitoral? Quem pode garantir – como insistiu o ministro Adams – que o governo não virará um "balcão de TACs".

IHU On-Line – O senhor sabe dizer como a Cosan trata seus funcionários? Quais os indícios de trabalho escravo?

Frei Xavier Plassat – A fiscalização realizada na Usina Junqueira trouxe evidências robustas. Segundo a procuradora do trabalho, Carina Rodrigues Bicalho, que atuou na fiscalização da Cosan, as constatações do Grupo Móvel foram plenamente suficientes para caracterizar o trabalho análogo ao de escravo.

São assim resumidas pelo jornalista Maurício Hashizume, da Repórter Brasil (10-1-2010): Aliciamento de trabalhadores, submissão a sistema de endividamento (conhecido também como "barracão" ou "truck system"); condições degradantes e irregulares nas frentes de trabalho e em termos de alojamento, alimentação, transporte etc. Um preposto da empresa terceirizada José Luiz Bispo Colheita - ME arregimentou mão de obra em Araripina-PE. De lá, mobilizou transporte irregular – sem a Certidão Declaratória exigida pelo MTE – até Delta-MG, na divisa entre SP e MG, próximo a Igarapava-SP. A viagem foi cobrada antecipadamente (R$ 210). As vítimas contaram que, no momento da abordagem inicial, não foram informadas que teriam de arcar com aluguel, comida e produtos de necessidade básica para o trabalho. Quando chegaram ao precário "Alojamento do Guri", em Delta-MG, as vítimas se viram obrigadas a pagar pela estadia. Alimentos e outros itens essenciais (chapéu de proteção contra o sol, marmita para refeições e garrafa térmica para levar água) adquiridos nos supermercados do Carlinhos e do Juarez, indicados pelo intermediário na contratação; eram contabilizados como dívidas e acabavam sendo descontados dos salários. "Não estava sobrando dinheiro para que eles pudessem mandar para a família", sublinhou a procuradora.

A maior parte do grupo começou a trabalhar em maio de 2007 e a fiscalização recolheu "vales" correspondentes aos produtos contabilizados no sistema de dívidas. Entre os libertados da Usina Junqueira, havia um jovem de 17 anos trabalhando no

corte de cana, atividade proibida para quem não tem 18 anos completos. No Alojamento do Guri, foram constatadas outras irregularidades tais como excesso de pessoas, alimentos próximos a EPIs e ferramentas sujas e dispostos no chão, carnes penduradas em varais pelos cômodos, instalações sanitárias sem condições de uso e fiação elétrica inadequada. Havia ainda problemas graves nas frentes de trabalho como a ausência de água potável e o transporte irregular. A água que os trabalhadores levavam para beber era retirada diretamente das torneiras do Alojamento do Guri, sem passar por qualquer filtragem ou purificação. Sem documentação regular e em péssimo estado de conservação, o ônibus que levava o grupo estava sem freio e foi apreendido pela fiscalização.

IHU On-Line – O que caracteriza o trabalho escravo na modernidade? A que situações e condições de trabalho as pessoas são submetidos?

Frei Xavier Plassat – No Brasil, além de referido aos compromissos internacionais assumidos pelo país junto à ONU, à OIT e à OEA, o trabalho escravo é definido por lei interna, incorporada ao Código Penal (artigo 149). Essa lei não pode ser acusada de ser defasada: ela foi reformulada pelo Congresso Nacional em 2003 (Lei 010.803-2003). Na redação anterior, o legislador só aludia ao crime de trabalho análogo ao de escravo e definia as penas incorridas (2 a 8 anos de reclusão). Como consequência, vários intérpretes da lei procurava na escravidão antiga, colonial ou imperial, o modelo de referência: grilhões, castigos, correntes. Na nova redação, o legislador enumera as hipóteses em que esse crime é configurado e se atenta às modernas correntes da escravidão: trabalho forçado, dívida, coação da liberdade, degradância da pessoa, jornada exaustiva. Eis as características destacadas.

No texto atual, é crime "reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto. § 1º Nas mesmas penas incorre quem: I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho. § 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido: I – contra criança ou adolescente; II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem." É interessante ver que também, na legislação internacional moderna sobre servidão e escravidão, estão cada vez mais incorporados esses critérios centrados simultaneamente na dignidade e na liberdade da pessoa, porque – e isto é uma evidência – não há como garantir esta sem aquela.

IHU On-Line – O senhor percebe, no país, uma tentativa de desmoralizar a fiscalização do trabalho escravo? Como vê a fiscalização nesta área?

Frei Xavier Plassat – Especialmente quando se interessa a grandes empreendimentos do agronegócio brasileiro, a fiscalização do Ministério do Trabalho é alvo de ataques coordenados: Unaí-MG foi o mais cruel (3 fiscais e seu motorista foram chacinados quando fiscalizavam lavouras de feijão); Confresa-MT e Ulianópolis-PA foram os mais "políticos" (senadores e representantes classistas, tentaram tumultuar o resgate de, respectivamente, 1108 e 1064 cortadores de cana na Gameleira e na Pagrisa). O caso Cosan abre novo capítulo nessa história.

Embora sujeita às imprevisíveis contingências orçamentárias, deve-se reconhecer que

o Brasil tem na fiscalização do trabalho um instrumento de que poucos países dispõem. O Grupo Móvel de fiscalização opera desde 1995, mas a largada de verdade foi dada a partir de 2003, conseguindo-se libertar de lá para cá mais de 35 mil trabalhadores, 85% do total resgatado desde 1995. Não é que tudo funciona a contento: há problemas tais como o engessamento do planejamento gerando atrasos no atendimento a denúncias que, se não tratadas com urgência, perderão consistência; há dificuldades operacionais para garantir efetiva participação da Polícia Federal com sua competência específica de polícia judiciária; há resistência em algumas superintendências regionais para assumir esse tipo de fiscalização.

"Mas, no geral, pode-se dizer que a fiscalização melhorou em termos de atendimento. Já é menor a proporção de denúncias (um terço) que continuam sem fiscalização"

Mas, no geral, pode-se dizer que a fiscalização melhorou em termos de atendimento. Já é menor a proporção de denúncias (um terço) que continuam sem fiscalização. Mas, importante que seja lembrado, a fiscalização é só um passo inicial no combate ao TE: passo indispensável mas insuficiente. Libertar 100 escravos, 1000 escravos ou 40.000, como aconteceu desde 1995, não erradica a escravidão. Ela é um sistema que tem raízes profundas e mecanismos eficazes para garantir sua reprodução: ganância, miséria, impunidade, um ciclo onde cada elemento é produtor e gerador dos demais.

IHU On-Line – Que órgão é responsável pela fiscalização?

Frei Xavier Plassat – A fiscalização móvel, que é a fiscalização especializada no combate ao trabalho escravo, é competência do Ministério do Trabalho o qual articula as operações do Grupo de Fiscalização Móvel, um grupo especial, com comando central independente das pressões locais ou regionais. Em função das competências locais disponíveis e do caráter das denúncias investigadas, um número significativo de operações acaba sendo assumido por Grupos de Fiscalização constituídos nas próprias Superintendências Regionais do Trabalho, mas obedecendo aos mesmos critérios operacionais.

IHU On-Line – Como atua a Comissão Nacional/Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo?

Frei Xavier Plassat – Sob a presidência do ministro-chefe da Secretaria de Direitos Humanos, a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) é formada por representantes do executivo, por meio de vários ministérios (Trabalho e Emprego, Justiça, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Fazenda Desenvolvimento Social, etc.), representantes de entidades (sociedade civil: Comisão Pastoral da Terra, Repórter Brasil, Movimento Humanos Direitos, Organização Internacional do Trabalho, Ministério Público, associações de magistrados, procuradores), inclusive entidades sindicais patronais (CNA, CNI) e de trabalhadores (Contag).

Cabe à Conatrae acompanhar a execução das políticas e fomentar ações e articulações de que a conjuntura necessita. Deveria ser por excelência um espaço de monitoramento e adaptação das ações do plano. A partir de 2006, como resultado da mobilização social, começaram a ser criadas algumas Coetrae (ou equivalente), em nível estadual, com a mesma finalidade, relacionada à implementação de planos estaduais específicos: assim foi no Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Piauí e, mais recentemente, na Bahia. Rio de Janeiro e São Paulo estão em processo de criação. A bem da verdade, muitas ficaram ainda no papel, destacando-se positivamente algumas iniciativas em Mato Grosso e Piauí, e algumas tentativas no Tocantins.

IHU On-Line – Como se descobrem os casos de trabalho escravo? Os trabalhadores têm o hábito de denunciar?

Frei Xavier Plassat – A denúncia dos próprios trabalhadores é o principal canal para descobrir os casos de trabalho escravo e orientar a fiscalização. Para um trabalhador submetido a tal situação, a decisão de fugir para denunciar não é ato qualquer: é ato de resistência e de risco assumido que só vem acontecendo quando um limite é ultrapassado na violação de sua dignidade ou de sua liberdade. Como muitos acabam resumindo, o limite é quando se acham "tratados pior que animais" e que se rompem as amarras que os prendiam ainda à cultura ou à norma da obediência, da promessa feita, da dívida a pagar ("peão paga o que deve").

Com a divulgação do tema, sua maior exposição na mídia, a consciência de que denunciar pode provocar resposta efetiva, a decisão de partir para a denúncia tem virado menos problemática. Por muito tempo as equipes da Comissão Pastoral da Terra – CPT foram o canal principal de recepção e encaminhamento das denúncias desses trabalhadores. Isso reflete provavelmente a credibilidade do trabalho desenvolvido junto às comunidades rurais nos 35 anos de presença solidária da CPT ao seu lado. Hoje ainda, sua campanha nacional acolhe e identifica mais do terço dos casos. Acolher um trabalhador implica em muito mais que documentar e encaminhar sua denúncia para o Grupo Móvel: redunda em ações pré- e pós-fiscalização: na prevenção e no exercício coletivo da vigilância, na busca de alternativas para que o ciclo da escravização não volte a se reproduzir. Caso contrário, se devolvido às mesmas condições que provocaram seu aliciamento, o trabalhador resgatado terá séria probabilidade de voltar qualquer dia à situação análoga à de escravo.

IHU On-Line – Em que setores industriais brasileiros há maior evidência de trabalho escravo?

Frei Xavier Plassat – O trabalho escravo contemporâneo no Brasil tem sido principalmente detectado e combatido em atividades rurais. Mesmo assim, sabemos que é uma realidade urbana também, principalmente em oficinas de confecção de São Paulo, onde predomina a exploração de imigrantes bolivianos, geralmente irregulares ou traficados. Em 2010, 242 pessoas foram libertadas de situação análoga à de escravo em atividades não agrícolas: construção civil (175, inclusive em obras... do PAC), entretenimento (24), confecção (43) e foram 25 os casos registrados de um total nacional de 211. No campo dois terços dos casos identificados entre 2003 e 2010 estão na pecuária em sentido amplo (desmatamento, abertura e manutenção de pasto); 17% em lavouras de soja, algodão, café, milho, plantações de cana de açúcar, culturas de frutas e legumes, reflorestamento; 10% em carvoarias a serviço da siderurgia (o carvão vegetal é insumo para a produção de ferro-gusa, insumo do aço). Em termos de pessoas resgatadas (na conta da CPT: 35.027 entre 2003 e 2010), a pecuária representa 35%, a cana: 29%, as outras lavouras e o reflorestamento: 20% e o carvão vegetal: 7%.

IHU On-Line – O trabalho escravo é acentuado em alguma região específica do país? Quais os estados que ainda permitem essa prática?

Frei Xavier Plassat – No início, detectado essencialmente no chamado arco do desmatamento – que vai do Maranhão até Mato Grosso passando por Pará e Tocantins –, houve uma extensão do fenômeno à totalidade do território nacional, com pouquíssimas exceções. Mesmo assim a Amazônia respondeu por dois terços dos

casos em 2009 e 2010 (sendo 47% no Norte e 35% somente no Pará) e um terço dos resgates (23% no Norte); Sudeste e Sul por 12 e 10% respectivamente (mas 63% e 11% dos resgates, resultado em que influi o efeito "canavial": a mão de obra concentrada num só canavial ultrapassa e muito o número de trabalhadores explorados em uma fazenda de gado); 15 a 18% dos casos e dos resgates estão no Centro-Oeste (em parte inserido na Amazônia).

De 2003 a 2010, o Sul registrou 85 casos sendo 47 no Paraná, 26 em Santa Catarina e 12 no Rio Grande do Sul. Longe ainda dos "campeões": Pará (901 casos), Maranhão (218), Tocantins (208), Mato Grosso (195), Goiás (84), Bahia (56). Perto de Minas Gerais (48), Mato Grosso do Sul (38), Rio de janeiro (27), São Paulo (24), Piauí, Rondônia e Espírito Santo (20 cada). Pelo número de resgatados, eis os estados mais críticos: Pará (8973), Mato Grosso (4026), Goiás (3070), Tocantins (2400), Mato grosso do Sul (1969), Maranhão (1967), Minas Gerais (1846), Rio de janeiro (1680), Espírito Santo (968).

IHU On-Line – Como explicar que ainda exista trabalho escravo no século XXI?

Frei Xavier Plassat – Essa questão do "ainda" é complexa e simples ao mesmo tempo: lucrar é a razão derradeira que move o escravagista, não a maldade em si. Esse motor é cego, tanto é que, se flagrado, o escravagista moderno "justifica" que nem sabia que aquilo estava acontecendo em suas terras, sob seu comando. Esse motor cego não tem época: somente encontra mais ou menos freios na lei, no Estado, na sociedade.

"Sobre o escravo moderno, o patrão não exerce como antigamente um direito de propriedade, mas sim de uso e abuso, o que muitas vezes se revela até pior"

Trabalho degradante, jornada exaustiva, dívida fabricada, humilhações, ameaças e violência, junto com o isolamento, são as correntes eficazes do moderno cativeiro. Obviamente há diferenças em relação à forma antiga de escravizar. Sobre o escravo moderno, o patrão não exerce como antigamente um direito de propriedade, mas sim de uso e abuso, o que muitas vezes se revela até pior, pois não se responsabiliza pela "conservação" deste patrimônio ou a reprodução de sua prole. Pelo contrário, descarta-o quando não lhe serve mais, depois de explorá-lo até ou além do limite, em serviços braçais necessariamente de limitada duração (a duração média dos serviços "contratados" nessa modalidade não passa geralmente de 3 a 4 meses). Carvoeiro, roçador de pasto ou cortador de cana do século XXI tem expectativa de vida inferior a muitos escravos dos séculos passados.

O trabalho escravo segue o rastro do agronegócio o qual, na última década, se tornou a menina dos olhos das políticas públicas: na fumaça das carvoarias que sacrifica homens e florestas para produzir aço; nas pegadas do gado que continua avançando sobre a Amazônia Legal, com desmatamento em grande escala; na onda da lavoura de soja que conquistou os cerrados centrais; no boom do etanol que explode de norte a sul e ressuscita o velho canavial. Presente nas principais cadeias produtivas do agronegócio brasileiro: carne e madeira (metade das denúncias), cana e demais lavouras (metade dos libertados), e carvão vegetal para uso na siderurgia. Operadores internacionais demandam produtos sempre mais baratos sem se preocupar com o que isso implica lá na ponta. Parece haver ligação entre essa expansão desenfreada do agronegócio, no contexto da economia globalizada, e a precarização das relações trabalhistas.

Como costuma dizer Leonardo Sakamoto,"em nome da conquista de novas fatias de

mercado, sem redução das margens de lucro, há uma pressão contínua para flexibilizar os direitos do trabalhador". É fato que aonde o Ministério do Trabalho leva a fiscalização, flagra situações degradantes e identifica trabalho escravo. E aí fica a contradição: é o mesmo Estado que apoia a expansão acelerada das monoculturas de exportação e que corre atrás dos prejuízos brutais que ela própria provoca. Que liberta escravos na Cosan e confere à megaempresa brasileira, líder global do açúcar e do etanol, seu duvidoso atestado de lisura.

IHU On-Line – É possível estimar quantos trabalhadores escravos existem no Brasil atualmente?

Frei Xavier Plassat – Não é possível falar um valor certo: nenhum IBGE da vida se arrisca a contabilizar um crime ainda por ser desvelado. O que existe são estimativas "a mínima": a CPT avançou anos atrás uma hipótese conservadora de pelo menos 25.000 trabalhadores entrando anualmente no ciclo da escravidão, somente na Amazônia. Muitos fiscais do trabalho hoje falam em 40 a 100.000 pessoas, para o conjunto do país. É muito e pouco ao mesmo tempo: significa que só uma fração dos empregadores rurais mantém essa prática criminosa e que seria teoricamente fácil acabar com isso. Para isso já precisaria uma CNA mais responsável. Comparado aos números disponíveis para o mundo (entre 12,5 e 27 milhões de escravos), o Brasil não está entre os piores; está entre os poucos que adotaram uma política de combate: um modelo que – até este episódio da Cosan – havia virado artigo de exportação, aprovado pela OIT e pela ONU. Sobre a situação mundial, sugiro ao leitor uma visita ao Freedom Project, lançado este mês pela CNN: http://thecnnfreedomproject.blogs.cnn.com. Ali assistirá uma cena impressionante: após ver imagens e ouvir depoimentos de uma brutal clareza, o ministro do trabalho da Índia, país líder em trabalho escravo, teima em negar o óbvio: "No, this is not slavery!". Um discurso que já ouvimos aqui. Para brasileiro ou para inglês ver?

IHU On-Line – Que aspectos sociais, políticos, econômicos têm favorecido a manutenção do trabalho escravo no Brasil?

Frei Xavier Plassat – O Brasil tem na escravidão uma herança maldita que gerou estruturas e atitudes até hoje fincadas nas entranhas do país. São muitos ainda – fazendeiros, parlamentares, magistrados, políticos, advogados (gerais ou particulares) e peões – que consideram normal ou, simplesmente, tradicional ou ainda meramente atrasado esse jeito de se conseguir um trabalho braçal de baixo custo, compatível com as ambições agroexportadoras do país.

Como explicar a frequência com a qual escravos são encontrados em terras de juiz, de deputado, de senador, de advogado, de médico, de cantor, de industrial? Como entender a teimosia dos deputados brasileiros em se negar, há mais de 10 anos, em aprovar uma emenda constitucional que propõe simplesmente retirar a propriedade da terra onde for encontrado escravo? Se a propriedade é sinônimo de poder inquestionável e o latifúndio forma em que qualquer política nacional há de ser moldada, então fica difícil garantir os direitos da dignidade, da liberdade, e o acesso de todos a todos os direitos.

A persistência desta herança maldita do capitalismo brasileiro decorre da força exorbitante da "Casa Grande" nas estruturas do poder. Uma expressão paradigmática é a chamada bancada ruralista do Congresso Nacional.

IHU On-Line – Qual é o perfil do trabalhador escravo? Tal como nos séculos passado,

é ele majoritariamente negro?
Frei Xavier Plassat – Hoje, um brasileiro não se torna necessariamente escravo por ser negro. Porém, pela sua persistente marginalização socioeconômica, o afrodescendente continua fornecendo os maiores contingentes. Grilhões e ferros não são mais o meio comum de subjugar a liberdade de outrem: os escravos "da precisão", trabalhadores sem terra e sem alternativa, vítimas das promessas de aliciadores organizados, migram país afora em busca de sustento a qualquer preço. Usar trabalhadores trazidos de fora sempre tem sido a regra na história mundial da escravidão. Nas condições do Brasil contemporâneo, o avanço da fronteira agrícola sobre as terras da floresta amazônica, mas também do Cerrado central e do Pantanal, tem constituído um apelo muito forte para a migração temporária ou definitiva de trabalhadores empobrecidos do nordeste e do norte do país, devidamente aliciados por mirabolantes promessas.
"Usar trabalhadores trazidos de fora sempre tem sido a regra na história mundial da escravidão"
Rotas e empreendimentos foram se diversificando: escravos encontrados no Paraná foram aliciados em Minas e Bahia para plantar pinus ou extrair erva-mate; já em São Paulo, Rio, Mato Grosso e Goiás, os migrantes da cana encontrados em situações degradantes – uma das condições do trabalho análogo à de escravo, culminando em ocorrências de morte por exaustão – vêm do Piauí, Maranhão ou Alagoas. Na maioria dos casos, é encontrada no Norte e Nordeste, os trabalhadores migraram do interior do nordeste procurando alternativa à falta de terra para plantar ou ali acabaram se fixando. Graças à inclusão dos resgatados no Seguro-desemprego a partir de 2003, temos hoje um perfil do conjunto desses trabalhadores. Segundo os números apurados até outubro de 2009, a maioria é de homens (95,5%); 75% deles nasceram entre Maranhão (28%), Pará, Bahia, Mato Grosso do Sul, Piauí, Minas Gerais, Tocantins ou Pernambuco. Analfabeta: 40%; 4ª série incompleta: 28%; ensino médio completo: 1,8%. Em 2 entre 3 casos, a faixa etária no dia da libertação era de 18 a 34 anos; 3% dos resgatados estavam abaixo de 17 anos.
IHU On-Line – O senhor costuma ter contato com trabalhadores escravos? O que eles relatam e o que os impede de abandonar esta situação?
Frei Xavier Plassat – Costumo sim, é parte do nosso dia a dia. Os trabalhadores que nos procuram são variados. Há peões moradores da região que um dia acabam desistindo de se dobrar às imposições do patrão ou do gato e, eventualmente orientados por colegas ou informações da nossa Campanha, ir atrás de seus direitos. Há muitos peões do trecho, para quem a vida é uma sucessão de empreitadas de fazenda em fazenda, com sucessos e derrotas. O que lhes impede de abandonar essa situação é simplíssimo: a falta de alternativa. Mesmo sabendo dos riscos incorridos muitos voltam à empreitada maldita, porque não têm terra para plantar ou qualificação para oferecer no mercado do trabalho. Cada história é uma história. Reproduzo a seguir as anotações que tomei ao entrevistar dois trabalhadores: o Jucimar e o Romualdo (nomes aqui trocados, por questão de segurança).
--
MARANHENSE E PEÃO RODADO – Neste sábado, Jucimar Pessoa, 26 anos, de Lago da Pedra, Maranhão, chegou cedo ao nosso escritório da Comissão Pastoral da Terra em Araguaína-Tocantins. Vinha de Marabá, enviado pela CPT de lá. Hospedado por esta junto com outros 10 trabalhadores (do Piauí, Maranhão e Tocantins),

foragidos de várias fazendas do sul do Pará, há semanas estava esperando a prometida chegada do Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho. Contou-me que sua última empreita foi para lá da Vila Maracajá, município de Novo Repartimento, numa fazenda sem nome de propriedade de Olavo R., um ex-deputado. Ali trabalhou somente 15 dias sob as ordens do gato Marcônio, junto com mais 20 trabalhadores. Cansado de esperar o primeiro centavo da remuneração prometida (R$12 por dia, no regime "cativo") e preocupado pela demanda do gato de, em troca de R$100,00, matar seu companheiro de time (cuja esposa, também cozinheira da turma, o gato havia se apropriado), Jucimar ameaçou denunciar na Polícia Federal. Foi o suficiente para, na hora, ser esfaqueado por Marcônio e deixado como morto. Com o apoio dos outros peões, foi levado ao pronto socorro de Tucuruí e, milagre para seus 60 quilos, se recuperou mais ou menos.

PEONEIROS – Esta era somente a última de muitas empreitas que, em nove anos de peregrinação, o levaram de Lago da Pedra até o Mato Grosso (Alta Floresta, Sinop, Juína), Rondônia (Vilena), Goiás (Goianópolis), Pará (Redenção, Xinguara, Cumarú), Tocantins (Ananás, Nova Olinda, Colinas), Maranhão (Açailândia) e, por fim, de novo ao Pará (Quatro Bocas, Vila Santa Fé, Sapucaia, Pacajá e Novo Repartimento). Entre uma empreita e a outra, Jucimar somente conheceu os "peoneiros", os hotéis e pensões reservados em cada cidade destas aos peões do trecho. Excepcionalmente, quando o dono do peoneiro roubava demais da conta, hospedava-se em hotéis comuns, pagando diária, ou ficava na casa de alguns colonos ou assentados da Transamazônica, para quem chegou a prestar serviço (por sinal, as raras vezes em que foi bem tratado, bem alojado, bem alimentado e bem pago). Somente agora, nesse tempo em que ficou esperando os fiscais, é que se preocupou, sob o incentivo da CPT, em tirar sua identidade e adquirir uma carteira de trabalho. Mostra seus documentos com orgulho. É bom ter essa carteira de trabalho, pois, segundo observou ultimamente, agora tem lugares em que você não pode trabalhar sem ela. Ao contar sua história, o Jucimar lembra os locais, as pensões, os gatos, o saldo que levou ou, mais frequente, deixou de levar. De todos os peoneiros que frequentou, alguns têm sua preferência: em São Félix do Xingu é o Hotel do Goiano, conhecido como da Elmira, perto da rodoviária. Em Xinguara, gosta de ficar no Chico da Marlene. Esses dois são hotéis caros, em torno de R$12 a diária. Chegando em Araguaína hoje, dispensou nossa proposta de hospedagem: preferia ir se hospedar num colega que conheceu um ano atrás. Tem assim alguns amigos entre os peões: companheiros de time ou de pensão que revê de tempo em tempo, nos acasos das empreitas. Araguaína é velho conhecido dele; já passou um ano entre a pensão da dona Helena, na Feirinha, a do Trevo, no Cariri, a da Isaura, também na Feirinha, e a fazenda. Pediu-me até uns reais para não chegar no amigo de mãos vazias. No meio da tarde, ao passar na frente da pensão da dona Helena, topei de novo com ele: "não havia encontrado o amigo" e já pensava em sair rumo a Sapucaia, para conseguir qualquer serviço; pelo menos até a outra semana, quando chegaria o Grupo Móvel.

GATOS – Os gatos com quem já trabalhou? Em Rondônia, esqueceu o nome do gato: era de Jangada, perto de Cuiabá, e roubava direito, no rancho. Em Redenção foi com Osvaldinho que trabalhou, um ano inteiro, mas em duas fazendas (Santo Antônio do Indaia em Cumarú, e Forkilha, do Jairo Andrade. Ficou com tanta raiva de não tirar nenhum saldo... mas não havia o que fazer, e nenhum outro lugar aonde ir). Em

Xinguara, andou com vários gatos cujo nome já perdeu, pois trabalhou em mais de dez fazendas da redondeza: Capu, Flôr do Caucho, entre outras. Uma coisa lembra, sim: ganhou ali somente o dinheiro de comer, sobrando nenhum saldo. De Araguaína, onde ficou o ano de 1999 inteiro, saiu para a fazenda São Francisco em Ananás (com o Maurício Doido, de Wanderlândia), por cinco meses; para a fazenda do Valu, perto do posto Marajó, com um gato de Nova Olinda; para a fazenda do Zeno, com Pedro Mentira, gato de Colinas; e para outra fazenda perto da Vila São José, em Sapucaia, onde o serviço era de abertura de mata fechada.

LADRÕES – Em Açailândia, só lembra do peoneiro ladrão do Mangulão, que ao mesmo tempo é gato e dono do hotel: tanto é que se mudou, com outros três peões, e se instalou no posto de gasolina Magnola, onde ficou se hospedando, numa boa, durante uma semana. Mas não arrumou nenhum serviço. Também pertencem à categoria das pensões ladras (aquelas em que você é roubado e na pinga e na diária): em Quatro Bocas (Marabá-PA), a pensão da Velha Luiza (a mesma que antes mantinha pensão em Eldorado do Carajás), a do Sr. Pedro mais ainda: ali teve que entregar seu toca-fitas de R$210,00 só para pagar uma dívida de R$ 20,00 porque o Pedro não quis dar prazo para pagar na volta do serviço. Na oportunidade, trabalhou na fazenda do Zezinho Lotero, e na do Zé Fernandes (que possui outra fazenda em Sapucaia). Em Marabá, ficou na pensão do João Marabá (que hoje, segundo parece, já mudou de ramo) e saiu para a fazenda do Flávio (Vila Santa Fé) com o gato Ceará (também de Marabá). Após 58 dias trabalhados, um saldo de R$80,00 e a malária, voltou para rua até arrumar um novo serviço com o mesmo gato, na fazenda do Juvenal Boiadeiro, onde tirou um saldo de R$96,00 para 30 dias de trabalho. Um serviço bom foi aquele que fez na fazenda do Dr. Edmar, na Sapucaia: em 22 dias, tirou R$220,00 porque o serviço era contratado livre e só pagava botina e fumo: o resto era fornecido de graça. O Sr. Edmar tem um hospital em Xinguara. Achou razoável o saldo de R$320,00, que apurou em Pacajá na fazenda do Zé Antônio (este é de São Geraldo) onde havia 550 alqueires de mata e 50 de juquirão. Em Pacajá, preferiu se hospedar no hotel comum. Em Novo Repartimento também: no hotel da Copinha, no trevo. Ali saiu com gato baiano para oito dias de serviço de juquira, no rumo de Tuerê, mas acabou ficando com os colonos que ali encontrou: em 10 dias, chegou a ganhar R$100 limpo. De volta a Novo Repartimento, gastou tudo no hotel, sem arrumar serviço. Saiu de novo para Vila Belmont para roçar um cacaual e, de lá, o gato Marcônio o levou para a fazenda do Olavo.

TERRA – Há nove anos não voltava para Lago da Pedra. Voltou lá dois meses atrás, mas não quis ficar com a família. Não se imagina mais parado, mesmo que não compense muito tanto trabalhar: nunca teve mais de R$320,00 no bolso de uma só vez e nunca conseguiu segurar o que ganhou por mais de algumas semanas. Nunca enviou um centavo para a família. De onde tiraria? Nunca casou: acha que, enquanto não se arrumar com um pouco de coisas e uma terra que seja dele, não pode correr esse risco. Então corre atrás deste sonho: uma terra para ele, de preferência no Pará, pois lá a terra é muito boa, bem diferente de Lago da Pedra. Soube esses dias que, lá em Novo Repartimento, o Incra está cortando muita terra e instala muita gente. Pena que a região seja de muita matança: senão já estaria se cadastrando...

ROMUALDO – (2003) Romualdo foi na CPT de Tucumã-PA, denunciar a fazenda B., do Sr. Masinho, comerciante de Colinas-TO, cujo gato Zé Anjo havia aliciado um

grupo de 28 pessoas de Colinas. Na época a denúncia resultou na sua libertação pelo Grupo Móvel, sob a coordenação da Dra. Valderez Monte. Romualdo estava com malária e o gerente Hernando o havia deixado em São Félix do Xingu para se tratar. O pessoal do STR e da CPT o mandou se esconder e se recuperar numa chácara e foi lá que a Valderez foi encontrá-lo. Recebeu então R$2.300,00. Na época, ele lembra que a Dra. Valderez perguntou para ele qual seria seu sonho para sair desta vida dura de peão. Ele respondeu: ser policial federal é meu sonho. Ela ficou entusiasta com a resposta e ofereceu-lhe para seguir até Brasília e estudar. Mas a mãe não deixou.

(2009) Romualdo foi contratado há 20 dias por Sérgio para roço de pasto na faz M., cuja empreita este pegou do Sr. Alexandre por R$250/alqueire. Ofereceu aos trabalhadores o valor de R$100 por alqueire. A fazenda é grande. A juquira é muito suja. Estão abrigados debaixo de lona na beira do córrego Anta cuja água barrenta é a única disponível para todos os usos (beber, lavar). A comida é feita pelo gato. Não tem CTPS assinada. Na sede tem mais 3 vaqueiros, 1 cozinheira, e 1 tratorista. A queixa principal dos seis peões é por ser tão maltratados, e porque o gato nem acerta direito o que prometeu, pagando somente uma parte da remuneração e dizendo que dará o saldo depois. O trabalho é pesado e vai de domingo a domingo. Cada trabalhador está devendo ao gato por causa de feiras que fizeram ao sair de casa em Santa Fé. Romualdo deve R$310, outro deve 170 e outro 140. Outra queixa ainda é que o gato é muito valente e só anda ameaçando e sendo grosso com os trabalhadores. Romualdo saiu sem dizer nada e quer por tudo estar de volta ainda hoje na fazenda para que o gato (que saiu para fazer farra na cidade, como sempre) não perceba. Romualdo estava muito agoniado, implorando por pronta fiscalização. Paguei seu transporte para voltar às pressas até a fazenda caso viesse a fiscalização que íamos alertar. A fiscalização foi, de fato, até a fazenda, mas a uma data em que o fazendeiro já havia despachado o pessoal, desconfiando que alguém tivesse denunciado no Ministério do Trabalho. Nesta circunstância, portanto, o Romualdo e seus colegas não receberam seus direitos.

--

O sonho de muitos dos trabalhadores expostos ao trabalho escravo é de fato acessar uma terra própria ou reacessar uma terra da qual tiveram que sair, expulsos pela necessidade, a grilagem ou o tal “progresso” (cana, soja, eucalipto, barrragem). Ou é de acessar uma qualificação profissional que possibilite pleitear um emprego “de verdade”. Ao se autoqualificar de braçal, o trabalhador, muitas vezes sem instrução formal, expressa ao mesmo tempo sua exclusão do mercado decente do trabalho. E não vê saída. Saída, tem sim: reforma agrária, políticas públicas de suporte à agricultura camponesa, educação e saúde levadas ao campo. E, como sempre lembra Pedro Casaldáliga: “Vergonha na cara e amor no coração!”.

Embrapa formaliza demissão de pesquisador – José Maria Tomazela – Economia – O Estado de São Paulo – 18/03/2011

Anúncio confirma desmonte no núcleo de Gestão Estratégica, o GTE, um dias após o ministro da Agricultura ter pedido a recomposição do serviço

O boletim de comunicação administrativa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) publicou ontem a Destituição do pesquisador Claudio Spadotto da chefia do núcleo de Gestão Territorial Estratégica (GTE) da Embrapa Campinas. O afastamento formal ocorreu um dia após o ministro da Agricultura, Wagner Rossi, ter determinado a recomposição do serviço, ameaçado de desmantelamento pela atual administração do Centro de Monitoramento por Satélite (CMS), ao qual o GTE era subordinado.

O desmonte do GTE, área de excelência da estatal, foi denunciado pelo jornalista Rodrigo Lara Mesquita em artigo assinado na seção Espaço Aberto, na edição do **Estado** de terça-feira .De acordo com ele, a equipe do centro desenvolveu sistemas inéditos, baseados no uso de satélites, para realizar desde o monitoramento de queimadas e desmatamentos na Amazônia, até o andamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em todo o País. Em nota, a Embrapa confirmou reestruturação em suas unidades,mas negou o desmonte do serviço de gestão territorial estratégico.

Em resposta à manifestação da Embrapa em defesa do diretor do CMS, Mesquita lembrou que o esvaziamento do GTE escandalizou até os responsáveis pela coordenação do PAC,em visita à unidade em março do ano passado. Relatórios encaminhados ao Ministério do Planejamento e à Casa Civil apontaram as dificuldades que o núcleo enfrentava e levaram o Ministério do Planejamento e a coordenação do PAC a considerar a unidade incapaz de receber os R$ 6milhões previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Surpresa.O boletim da Embrapa torna efetiva a dispensa de Claudio Spadotto que, segundo o documento, ocorreu no dia 7. Spadotto, que está em férias, ficou surpreso com a destituição, já que o ministro afirmara,no dia anterior,que tinha avocado o caso e determinado que nenhuma medida fosse tomada sem que fosse consultado.

Até a tarde de ontem, ele não tinha sido procurado pela direção da Embrapa e nem pelo diretor do CMS, Mateus Batistella, que o removeu da função. Batistella publicou ontem no informativo eletrônico do órgão a lista dos novos supervisores, medida que torna definitiva as mudanças feitas na unidade. O ministro havia dito que daria oportunidade ao gestor do Centro para que providenciasse o retorno do GTE à situação anterior.

A reportagem apurou que o diretor d do CMS foi convocado ontem pelo presidente da Embrapa, Pedro Arraes, para reunião em Brasília.Um dia antes, Batistella havia informado que tinha apoio de Arraes para completa reestruturação em Campinas. A reportagem tentou contato com ele ontem, mas o celular estava desligado. O presidente da Embrapa não foi localizado.

Safra recorde, insegurança no campo –Antonio M. Buainain Pedro Loyola – Economia- O Estado de São Paulo – 22/03/2011

A presidente Dilma declarou que não permitirá a volta da inflação. Neste contexto, o anúncio de uma safra recorde de grãos (151,2 milhões de toneladas) é comemorado pelo governo, enquanto os agricultores vivem em clima de grande insegurança, ameaçados por debilidades que podem provocar o colapso num dos segmentos mais importantes da economia brasileira.Sem catastrofismo, é preciso chamar a atenção para ações ao alcance do governo federal, que só precisa transformar declarações de prioridade em políticas efetivas.

Instabilidade e risco. A safra recorde está ameaçada pelo excesso de chuvas. Em áreas importantes deMTe MS, semana passada os produtores contabilizavam perda de aproximadamente 30% da colheita de soja;no Sudeste,a produção de hortigranjeiros – e a de grãos – tinha sido duramente castigada. Milhares de produtores desses Estados terão quebras que podem chegar a 80% da produção esperada, e a maioria nem está segurada contra riscos climáticos.O fato é que o seguro, principal política de proteção ao risco, tem cobertura extremamente limitada e está ameaçado pelo atraso na liberação de recursos do programa de subvenção, que corre sério risco de descrédito após grande esforço político e operacional – do Ministério da Agricultura e das seguradoras privadas –para pô-lo em funcionamento.O círculo vicioso é conhecido: prejuízos arcados pelos produtores, renegociações das dívidas,prejuízo para o Tesouro, elevação do passivo dos agricultores, redução das margens, mais instabilidade e...

Competitividade e câmbio. É inegável que o agro negócio brasileiro é competitivo. Isso não significa, como muitos pensam, que não sofre com a valorização cambial. Ao contrário,como é fortemente exportador e enfrenta rigidez do processo produtivo (não é possível ajustar a produção em plena safra, mudar a tecnologia, reduzir custos e demitir trabalhadores, como na indústria), a rentabilidade está diretamente associada à taxa de câmbio e aos preços internacionais. Em março de 2009 o produtor colheu com dólar a R$2,30, e hoje negocia na base de R$1,67.Ou seja, uma redução de 27% em dois anos, impossível de compensar com mais produtividade e maior eficiência.O que está salvando a lavoura são os preços internacionais excepcionalmente elevados. Apesar das previsões de manutenção de preços elevados, sabemos que os preços agrícolas flutuam, inclusive sujeitos a movimentos especulativos,e bastaria uma queda de 15% na hora errada para levar parte do agronegócio brasileiro à bancarrota.

Endividamento elevado. O nível de endividamento é alto e já ultrapassa R$ 100bilhões,não por culpa dos produtores, mas em razão da herança da era de pacotes e da falta de mecanismos adequados de gestão de risco. Renegociações de dívidas como as de 2008,2005 e, antes, 2001, 2000 e dos anos 90 são como o doping: dão novo fôlego, mas aumentam a fragilidade dos produtores diante dos riscos climáticos e de mercado. Como alto endividamento do setor, os produtores estão com suas garantias tomadas, o que reduz a capacidade de ampliar os investimentos em tecnologia para aumentar a produtividade.

Financiamento e investimento. Os agricultores são dependentes de crédito oficial, que continua insuficiente, apesar da injeção de recursos, e ineficiente, apesar das reformas.O modelo e legislação de crédito rural é de 1965; o produtor tem custo elevado de operação, as linhas de financiamento nem sempre são adequadas, os bancos não estão preparados para atender a demandas diferentes das culturas já massificadas e abusam das vendas casadas, proibidas pela legislação, mas largamente utilizadas como "reciprocidade" pelos gerentes que obrigam produtores a contratar de

tudo: títulos de capitalização, consórcios e até reservar parte do financiamento para aplicações em poupança. É necessário levar a agricultura mais a sério,e os agricultores precisam superar a agenda de pedinte que pauta as relações com o governo para negociar compromissos para o futuro e em razão do futuro. Antes da próxima crise. ✻ RESPECTIVAMENTE, PROFESSOR DO INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP E ECONOMISTA DA FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ (FAEP)

Agricultura de ponta e mazelas estruturais marcam oeste baiano - Fernando Lopes - Valor Econômico - Agronegócios - 23/03/2011

Ao mesmo tempo em que se firma como polo superprodutivo, região encara grandes carências

Fernando Lopes

De Luís Eduardo Magalhães, Barreiras e São Desidério (BA)

A rentável colheita de grãos e algodão esperada neste ano no oeste da Bahia alimenta entre governos locais, agricultores e sociedade civil em geral a discussão em torno dos destinos dos lucros. Ao mesmo tempo em que tendem a estimular a expansão da área produtiva enovos investimentos em tecnologias aplicadas nas lavouras, é consenso na região que a bonança tem de servir também para financiar melhorias sociais e de infraestrutura, sob o risco de que o crescimento desordenado trave o desenvolvimento futuro de municípios importantes como Luís Eduardo Magalhães, Barreiras e São Desidério.

Antes de visitar a região na semana passada a convite do Rally da Safra, organizado pela Agroconsult, o Valor conversou, por telefone, com o prefeito de Luís Eduardo Magalhães, Humberto Santa Cruz (PP). Produtor de soja e algodão no oeste baiano, além de café, laranja e mamão irrigados, Santa Cruz adiantou aquilo que a reportagem conferiu in loco nos dias 18 e 19: o que há de melhor em termos de lavouras e carências estruturais agudas.

É certo que "LEM", como Luís Eduardo Magalhães é conhecida, é uma cidade nova e extensa — tem 3.941 quilômetros quadrados (394,1 mil hectares). Mas seu crescimento populacional tem sido vertiginoso, e na área urbana está difícil combater o avanço das favelas e as mazelas em serviços essenciais como habitação, saúde ou educação. Em 2000, quando passou de distrito da vizinha Barreiras a município, LEM tinha 18 mil habitantes; atualmente, de acordo com o IBGE, tem mais de 60 mil.

"Estamos com produtividades elevadas e preços [dos principais cultivos agrícolas] em nível excelente, e é claro que isso ajuda. LEM é o município que mais cresceu no país na última década e o gestor público não consegue resolver seus problemas sozinho", diz o prefeito. Segundo ele, governo e produtores assinaram em 2010 um convênio para melhorias em 800 quilômetros de estradas vicinais e outras parcerias foram firmadas para a pavimentação das ruas de bairros carentes da cidade.

Além desse tipo de associação, Santa Cruz diz que o aumento do orçamento da prefeitura em 2011 servirá para irrigar projetos sociais, sobretudo em saúde e saneamento.

Em 2010, o orçamento total de LEM foi de R$ 96 milhões, valor que cresceu para R$ 121 milhões em 2011 — 36% do total voltado a gastos com pessoal.

Não há um hospital na cidade, e à única maternidade e sua pequena estrutura para pequenas cirurgias o prefeito esperar agregar novos postos de saúde.

No setor de saneamento, o objetivo é alcançar, na área de tratamento de esgoto, pelo menos 50% até meados do ano, ante percentual que hoje é próximo de zero. Em habitação, o déficit já chega a 4 mil moradias de baixa renda, e o número de alunos na rede pública de ensino pulou de 10 mil, em janeiro de 2009, para 14,1 mil no mesmo mês de 2011.

Há 23 escolas em LEM, e a prefeitura precisa escalar dois professores por sala de aula para atender à crescente demanda.

Santa Cruz também pretende implantar no município, até pela grande área que ele ocupa, um conceito de cidade inteligente, com escolas, postos de saúde e outros serviços interligados pela internet. Quando o valor da produção agropecuária aumenta, afirma, a arrecadação de ICMS aumenta e o combate às mazelas fica um pouco menos difícil. Mas o crescimento acelerado continua, e os desafios vão aumentar.

"Nos próximos cinco anos, a expectativa é que nossa população dobre; nos próximos 15 anos, deverá triplicar", afirma Santa Cruz.

Segundo a Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba), as colheitas de soja, algodão, milho, café, arroz, feijão, capim para sementes e sorgo deverão somar 6,2 milhões de toneladas neste ano em todo o oeste do Estado, 7% mais que em 2010. E, conforme o prefeito de LEM, o valor bruto da produção deverá alcançar R$ 6,2 bilhões, com crescimento de 9%. Os incrementos de volume e receita serão puxados pelo algodão, uma lavoura de custo elevado e alto risco, sujeita a grandes prejuízos ou, como no ciclo atual, lucros também polpudos, estimados em mais de R$ 3 mil por hectare em 2010/11.

Diante dos excelentes preços e margens das principais lavouras do oeste da Bahia neste ano, o presidente da Aiba,Walter Horita, está otimista. "Só não vai ganhar dinheiro na agricultura este quem não colher. Desde que estou na agricultura, 2011 será o melhor ano em temos de rentabilidade", disse Horita, que produz no oeste baiano desde 1984, em recente entrevista ao Valor . Em seus cálculos —e a depender do comportamento das chuvas nas próximas semanas —, a margem poderá chegar a 200% em algumas lavouras de algodão, enquanto na soja, que ocupa a maior parte da área plantada na região, será de até 100%.

Como sempre na agricultura, a situação dos produtores não é homogênea.

O nível de utilização de insumos, a estratégia de vendas, o endividamento e questões fitossanitárias são apenas alguns dos fatores que influenciam a rentabilidade das plantações. Como lembra o produtor Clovis Ceolin, de São Desidério, 60% da safra de algodão que começará a ser colhida na região a partir de maio foi vendida no ano passado com preços inferiores aos praticados atualmente.

Já eram preços remuneradores, mas não haviam alcançado as máximas históricas depois vistas no mercado internacional.

No caso da soja, como confirmou o Valor na maioria das lavouras que visitou em Barreiras a convite do Rally da Safra, o problema é a elevada incidência de um fungo conhecido como mofo branco, cujo combate vem elevando custos e contra o qual ainda não há fungicidas específicos.

Em parte da área plantada por um grande produtor da cidade, a colheita de soja não renderá mais que 40 sacas de 60 quilos por hectare por causa do mofo branco, e inicialmente eram esperadas pelo menos 55 sacas.

Grandes grupos como o Se mentes Aurora, que conta com 8 mil hectares próprios e 5 mil arrendados, além de uma rede de cooperados que agregam outros 30

mil hectares à sua área de cultivo de sementes de soja e milho, o ataque ao mofo tem sido feito com manejos químico e biológico e maior espaçamento entre as fileiras das lavouras. A doença tem sido evitada, mas a batalha já representa 33% do custo direto com insumos (exceto fertilizantes).

Nada que desanime os agricultores. Walter Horita, da Aiba, informa que, dependendo do resultado das discussões ambientais que cercam o

novo Código Florestal que entrará em vigor, a área total de plantio no oeste da Bahia poderá chegar a 2,5 milhões de hectares, com áreas de preservação permanente (APPs) e 20% de reserva legal nas propriedades. Como ele acredita que o fluxo migratório vai perder força, as prefeituras deverão conseguir, a partir de agora, melhorar a infraestrutura disponível, inclusive para melhorar a qualificação profissional da mão de obra disponível na região.

Embrapa terá nova estrutura em Campinas – José Maria Tomazela – Economia – O Estado de São Paulo – 24/03/2011

Unidade contará com mesma equipe de pesquisadores, mas terá mais autonomia

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi, pode dar uma nova estrutura para o núcleo de Gestão Territorial Estratégica (GTE) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em Campinas. O objetivo é recompor a unidade com a mesma equipe de pesquisadores, porém, com mais autonomia no organograma do Ministério.

Rossi está ouvindo desde pesquisadores e órgãos do próprio governo, até os tomadores dos serviços prestados pelo GTE. A tendência é de que o ministro acate as sugestões de representantes do agronegócio para dar ao núcleo uma estrutura autônoma, embora com o aproveitamento dos mesmos recursos técnicos disponíveis na Embrapa – Campinas. O núcleo inteligente do GTE seria preservado. O serviço, que atendia os Ministérios da Agricultura, do Planejamento, órgãos da Presidência da República e organizações da sociedade, foi desmantelado pela atual administração do Centro de Monitoramento por Satélite(CMS),ao qual estava vinculado.

Segundo o jornalista Rodrigo Lara Mesquita, que denunciou o desmonte em artigo publicado na edição do último dia 15do **Estado**, desde que assumiu o CMSnofinalde2009, a atual gestão direção vinha paralisando as diversas atividades de prestação de serviços aos órgãos do governo e à sociedade. O desmanche culminou com admissão do então supervisor do GTE, Claudio Spadotto, e com a dispersão de sua equipe. Depois que o fato se tornou público, o ministro passou a receber manifestações de desagrado dos órgãos governamentais e do próprio governo. Setores do Ministério da Defesa, que mantinham parcerias com o GTE, inclusive para o monitoramento das fronteiras, estão entre os que se insurgiram contra a medida. A Casa Civil da Presidência usava a tecnologia para acompanhar o andamento de mais de 400obrasdoProgramadeAceleração do Crescimento (PAC).

Ontem, a assessoria do ministro informou que ele estava "debruçado" sobre o assunto. Rossi manteve dois encontros com o presidente da Embrapa, Pedro Arraes,e teria manifestado desagrado com a condução da atual crise. A solução ainda não foi anunciada porque o ministro não conseguiu se encontrar com o ex- supervisor do GTE. Spadotto passou por uma cirurgia e depende de liberação médica para viajar a

Brasília. Ontem, durante audiência com o ministro, a governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PMDB),vai defender a continuidade dos serviços do GTE.O núcleo da Embrapa vinha realizando um trabalho de zoneamento agrícola no Estado.

Embrapa recria unidade de gestão em Campinas – José Maria Tomazela – Economia – O Estado de São Paulo – 25/03/2011

Novo serviço será uma unidade administrativamente descentralizada e com autonomia A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) anunciou ontem a criação de um serviço de gestão territorial em Campinas,conforme havia antecipado reportagem do **Estado.** De acordo com nota da empresa, a decisão foi tomada pelo diretor presidente da Embrapa, Pedro Arraes, após reunião com o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Wagner Rossi, e tem como objetivo suprir a crescente demanda pelos serviços. "A ideia é ampliar os serviços na área de geotecnologia oferecidos pela empresa", afirmou Arraes.

Também como informou o jornal na edição de ontem, o novo serviço será uma unidade administrativamente descentralizada e com autonomia. A nota informa que a criação do serviço foi discutida na quinta-feira com Wagner Rossi. A nova unidade funcionará administrativamente nos moldes de outras unidades de serviço. "O serviço vai substituir o antigo Núcleo de Gestão Territorial Estratégico", explica Pedro Arraes. O Serviço de Gestão Territorial Estratégico será coordenado pelo pesquisador Cláudio Spadotto.Ele foi convidado a implantar a nova estrutura, e disse que o primeiro passo será tratar com a Embrapa sobre o espaço físico, equipamentos e pessoal para dar início aos trabalhos.

A decisão da Embrapa e do ministro Rossi põe fim à crise gerada pela extinção do antigo núcleo, que culminou com a destituição de seu então supervisor, Cláudio Spadotto, agora recolocado à frente da unidade. De acordo com o jornalista Rodrigo Lara Mesquita,que denunciou o desmonte em artigo publicado na edição do último dia 15do**Estado**, o serviço que atendia os Ministérios da Agricultura, do Planejamento, da Defesa e órgãos da Presidência da República, além da sociedade civil, foi desmantelado pela atual direção do Centro Nacional de Pesquisa e Monitoramento (CNPM),ao qual estava vinculado.

Segundo Mesquita, desde que assumiu o Centro, no final de 2009,a nova gestão vinha paralisando as diversas atividades de prestação de serviços ao governo e à sociedade. A denúncia do desmonte gerou forte reação dos usuários dos serviços setores do próprio governo. Houve necessidade de uma cuidadosa interferência do ministro para debelar a crise. "Há alguns dias o ministério e a Embrapa buscavam o melhor mecanismo, respeitando a estrutura organizacional da empresa para fortalecer essa área até porque as demandas desse serviço são frequentes", disse Pedro Arraes.

Esvaziamento do MST- Celso Ming – Economia – O Estado de São Paulo – 29/03/2011

O Estadão de ontem publicou matéria de Roldão Arruda e José Maria Tomazela sobre o esvaziamento do Movimento dos Sem-Terra (MST)Os acampamentoseosmilitantesestãorareandoeécadavezmaisdifícilrecrutar gente para invadir propriedades. Os dirigentes do movimento têm duas explicações: (1) o Bolsa Família acomodou os militantes, que agora se contentam com a cesta básica em vez de enfrentar as agruras da lona dos acampamentos; e (2) o aumento do emprego no Brasil, especialmente na construção civil,empurrou muita gente para o mercado de trabalho.

Esse diagnóstico diz muita coisa. Diz,por exemplo,que esse caldo de pobreza em que o MST sempre buscou seus integrantes não se trata com distribuição de terras, mas com políticas de renda,cuja melhor resposta é o Programa Bolsa Família, e não com assentamentos burros e sem futuro. E diz, também, que sem-terra não quer terra,mas,sim,emprego. E isso se resolve com crescimento, não com fatiamento de propriedades. Há anos,o MST vai perdendo foco.Para disfarçar o esvaziamento, seus dirigentes perpetram barbeiragens tanto ideológicas como programáticas. Tentam, de um lado,responder com a pregação de um socialismo esclerosado, sem contexto histórico. E,de outro,com a adoção de práticas ambientalistas radicais em nada relacionadas com a questão agrária. Na última década, não se limitaram a invadir propriedades improdutivas.

O MST patrocinou centenas de atos que pouco se diferenciam do puro vandalismo. Invadiram e destruíram plantações de eucalipto, cana-de-açúcar, laranjais e canteiros de pesquisas agronômicas, sob a alegação de que essas culturas agridem o meio ambiente ou que,em vez de alimentos, produz em commodities para os mercados– como se a silvicultura e as culturas do algodão e da cana fossem distorções neoliberais. Enfim, comportaram-se como se sua principal função não fosse a distribuição de terras a quem supostamente delas necessita, mas servir de massa de manobra de grupos fundamentalistas.

Outros fatores ajudam nesse processo de definhamento do MST. Um deles é o crescimento do agronegócio, que só acidentalmente tema ver com a ação de grandes capitais na agropecuária. Está ligado ao maior uso de tecnologia de produção de sementes,de preparo de terra,de plantio, de irrigação,de colheita,de armazenagem e a práticas financeiras modernas, que seguem a trajetória das cotações das commodities, operam no mercado futuro e trabalham com hedge. E tem a ver com a integração da agropecuária às cadeias produtivas e aos mercados de consumo, seja o produtor uma grande empresa agroindustrial ou uma mera unidade familiar. É esse conjunto que está determinando o fracasso de tantos assentamentos.

Em todo o caso,uma é função social de determinadas instituições e outra pode ser a função real.Na cabeça dos fundadores e dos dirigentes,o MST canaliza energias para a reforma agrária e para a ocupação não predatória da terra. Na prática,foi e continua sendo um movimento conservador. Sua principal função não foi além de conter e dar certa disciplina às massas carentes das grandes periferias urbanas para que não criem problemas ao desenvolvimento do País.

Lobby do agronegócio afrouxa limite de terras a estrangeiros – Sítio Eletrônico do MST – 30/03/2011

Lobby de grandes empresas do agronegócio - sobretudo dos setores sucroalcooleiro e de plantio de florestas - está fazendo o governo rever o limite legal para compra de terras por estrangeiros, que vinha se tornando mais rigoroso nos últimos meses. A proposta em debate é permitir o direito de uso da terra, mas sem a garantia de posse.

Segundo o ministro da Agricultura, Wagner Rossi, a proposta de cessão de terras privadas por um período de 30 a 50 anos "está sendo construída" em debates que envolvem a Casa Civil e a Advocacia-Geral da União. "Precisamos de investimentos estratégicos no agronegócio", disse.

Rossi contou ter recebido representantes de empresas como Bunge, Cargill e Cosan preocupados com os limites impostos a estrangeiros desde agosto do ano passado, quando um parecer da AGU fez valer os limites a estrangeiros fixados na década de 70 a empresas brasileiras com controle de capital ou de gestão em mãos de estrangeiros.

No início do mês, a AGU tentou fechar brechas ao avanço de estrangeiros por meio de dois avisos. Um deles mandou bloquear negócios de compra, por estrangeiros, de empresas que detenham terras no Brasil. O outro cobrou da Comissão de Valores Mobiliários informações sobre a participação de capital estrangeiro nas empresas.

O Estado tentou falar com Martus Tavares, executivo da Bunge, um dos interlocutores do governo na negociação, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição. Tavares foi ministro do Planejamento no segundo mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Restrição

A legislação prevê que estrangeiros não podem ter mais do que 100 módulos de exploração, por empresa. Estrangeiros da mesma nacionalidade não podem possuir mais do que 10% da área de um município. O controle sobre empresas brasileiras com capital estrangeiro foi dispensado durante o governo FHC.

Wagner Rossi contou que a preocupação levada ao chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, não diz respeito a investidores que buscam especular com a compra de terras no Brasil. "O que nos despertou preocupação são os investimentos em áreas estratégicas, empresas que trazem projetos agroindustriais, geram empregos. Não podemos pôr esses projetos na mesma vala comum dos investimentos especulativos", argumentou.

O arrefecimento do MST – O Estado de São Paulo – Primeiro Caderno – 31/03/2011

Criado para lutar pela reforma agrária em nome da sobrevivência da população marginalizada do campo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – que depois se transformou em uma organização clandestina voltada para a subversão da ordem democrática e a destruição do capitalismo – está preocupado hoje em sobreviver ele próprio. Seu maior desafio é o rápido esvaziamento de seus acampamentos em todo o País.

Sem abandonar a tentativa de mobilização dos sem-terra e o uso dos acampamentos como instrumento de pressão para obrigar o governo a fazer novos assentamentos – um novo "abril vermelho" já foi anunciado –, a direção do movimento pretende mudar o foco prioritário de sua atuação, como deixou claro, em depoimento ao Estado (27/3), um dos membros da coordenação nacional, Gilmar Mauro:"A reforma agrária precisa de fato ser ressignificada (sic), com um debate político amplo que envolva toda a sociedade. Se continuarmos com essa lógica de exportação de commodities,como uso intensivo de agrotóxicos, em menos de 50 anos teremos contaminado todos nossos rios, lagos, terra. É o que desejamos? Queremos consumir alimentos contaminados? Se a sociedade responder sim, então não há espaço para reforma. Se disser não, precisamos rever o modelo agrícola atual". O discurso é bonito. Mas quer dizer apenas o seguinte: já que entidades como o MST têm no confronto a razão de sua existência, e ninguém mais está preocupado com a falsa disputa entre a agricultura familiar e o agronegócio,o movimento decidiu se transformar em entidade ambientalista,com novo alvo específico bem definido: os agrotóxicos.

Há muito tempo o MST vem perdendo expressão,como mostram os números relativos à sua atuação. Em 2003, primeiro ano do governo Lula, o movimento era responsável por 285 acampamentos de sem-terra em todo o País, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra. Em 2009 esse número havia sido reduzido para 36. E, no ano passado, continuou diminuindo.Segundo o Incra, as 400 mil pessoas acampadas em 2003 se tornaram menos de 100 mil em 2010.

As razões desse esvaziamento são óbvias. Talvez a mais importante seja o significativo aumento da quantidade de empregos, formais e informais, ocorrido nos últimos anos, especialmente na construção civil. Além disso,há o efeito que o Bolsa-Família provoca sobre a disposição para a luta de quem nada tem e por isso se conforma com o pouco que lhe oferece o assistencialismo paternalista.

Assim, o mesmo governo que estimulou as ações do MST – o presidente Lula não só recebia suas lideranças, como se deixava fotografar como boné da entidade– e não coibiu os seus métodos violentos, ao proporcionar o crescimento da economia, foi também responsável pela desmobilização dos sem-terra.

Além disso, o governo petista praticamente abandonou a reforma agrária, como relata o secretário da coordenação nacional da Comissão Pastoral da Terra, Antonio Canuto (Estado, 27/03): "No início do mandato de Lula as pessoas acreditavam que ele faria a reforma e por isso foram para os acampamentos.Como tempo percebeu-se que o empenho do governo não era tão forte como se havia prometido. Agora a situação é pior: a reforma não está no horizonte do novo governo".

Está claro, portanto, que o sentido e a importância da reforma agrária "ideológica" mudaram significativamente, até na cabeça de governantes que passaram

a maior parte da vida com ela comprometidos.O que parece não mudar nunca é o discurso
da liderança do MST, para quem tudo continua girando em torno da dicotomia socialismo/capitalismo. Presos a uma visão do capitalismo do século 19, não passa pela cabeça dos dirigentes do MST que uma sociedade democrática, livre e consciente, seja
capaz de criar mecanismos e controles eficientes de produção e distribuição da riqueza.
Preferem vender a ilusão de um socialismo que promete distribuir uma riqueza que não é capaz de criar,como está historicamente comprovado. Por mais que tente repaginar o discurso, o MST permanece inapelavelmente enredado no mais absoluto anacronismo.

Uma vitória da Embrapa – Estado de São Paulo – Rodrigo Lara Mesquita – Primeiro Caderno – 31/03/2011

O processo de desmantelamento de uma área de excelência da Embrapa Monitoramento por Satélite em Campinas culminou com a criação, pela diretoria da empresa, de uma nova unidade descentralizada: a Embrapa Gestão Territorial. Feito o anúncio, uma dezena de instituições privadas e públicas manifestou imediatamente seu interesse em contar com seus serviços estratégicos. Se a constituição dessa unidade contar com as instalações adequadas e os meios necessários, certamente essas e outras demandas serão prontamente atendidas.E este caso terá terminado bem.

Mas qual a razão de todo esse interesse das áreas pública e privada por serviços de gestão territorial? Para o historiador Fernand Braudel, o que diferencia o espaço natural do território é que este último é objeto de interesse social, é área de domínio político e temporal. Todo território tem história e é local de conflitos entre diversos interesses nacionais e internacionais. As sociedades humanas vivem e se desenvolvem (e desaparecem) em territórios. Nunca no Brasil a gestão territorial foi tão necessária e nunca houve tantos recursos e instrumentos para aplicá-la. Vivemos graves desafios de gestão territorial na Amazônia verde e na Amazônia azul, nos cerrados, nas bacias hidrográficas, nas regiões serranas, nas grandes metrópoles, na faixa de fronteira,na fachada litorânea, nas unidades de conservação e nas terras indígenas .

O jornal O Estado de S. Paulo – fundador e articulador do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo –, desde o início do século 20, já trazia para a sociedade paulista as preocupantes questões de gestão territorial: o desbravamento do oeste do Estado, as queimadas e a perda da produtividade das terras no Vale do Paraíba, entre outras. Na segunda metade do século, o jornal acompanhou e engajou-se na temática da construção de Brasília e nas consequências do deslocamento do eixo de desenvolvimento do Brasil, do litoral para o centro do País. A partir da décadade70, acompanhou as mudanças territoriais induzidas no Centro-Oeste e na Região Norte pela construção da Rodovia Belém Brasília, pelo asfaltamento da ligação de Mato Grosso com Rondônia, pela construção da Transamazônica e da Hidrelétrica de Tucuruí. Nos anos 80, travamos grandes lutas pela preservação do litoral brasileiro e,em particular, do litoral paulista e do complexo estuarino do Lagamar de Iguape,

Cananeia e Paranaguá, entre São Paulo e o Paraná. Foi nessa época que novos instrumentos de gestão territorial, como as imagens de satélite e a cartografia digital, começaram a ser empregados nessa temática.

Ao contribuir ativamente como "Programa Nossa Natureza", do governo Sarney, sugerimos e apoiamos, entre outras decisões,a unificação dos múltiplos órgãos governamentais voltados para a questão ambiental (Sema, IBDF, Sudepe, Sudhevea, etc.) num único órgão, o Ibama, e a criação de um núcleo de gestão territorial, proposto inicialmente como Unidade de Monitoramento Territorial e que por fim se transformou na
Embrapa Monitoramento por Satélite.

Nos anos 90, em meio a campanhas em defesa da Mata Atlântica e antevendo a importância da futura Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – a Rio-92 –, a partir da Agência Estado,contribuímos para a articulação de uma iniciativa inédita de planejamento e gestão territorial proposta para uma região de mais de 100 mil quilômetros quadrados: a bacia do Rio Demene, ao norte de Barcelos, na calha norte da Amazônia. Várias expedições científicas foram organizadas com a participação da Embrapa, da USP, da Unip e de instituições de pesquisa estrangeiras. A ideia era construir um exemplo de gestão territorial e desenvolvimento sustentável, compreservação dos ecossistemas,naquela região amazônica, passível de ser apresentado e discutido durante a Rio-92, para respaldar e sustentar a apresentação de um programa de zoneamento para a Amazônia como um todo.

Paralelamente,a Agência Estado financiou e apoiou, entre outros projetos, a implantação de um sistema de divulgação semanal do monitoramento orbital de queimadas realizado pela Embrapa em todo o País, amplamente consultado pela sociedade.Durante a Rio-92, em colaboração com a RNP e a Fapesp, colocamos emrede96computadores e divulgamos as notícias da conferência para mais de 2.500 instituições em 121 países, algo
considerado um feito naquela época pré-internet e que hoje faz sorrir.

Nessa aventura de processos de articulação da sociedade e de levá-los com competência para o âmbito das redes sociais digitais,a temática da gestão territorial ganhou espaço ao longo daquela década.Um exemplo,considerado por pesquisadores europeus um precursor do Google Earth, foi o site "Brasil Visto do Espaço", lançado pela Embrapa no ano 2000. Ele trouxe para o grande público uma ferramenta inédita de monitoramento territorial em rede. E foi seguido por outros produtos dessa natureza, como dados de relevo de todo o País,quantificações da área urbanizada dos municípios, etc.

Na linha de continuidade dessa experiência de 20 anos de desenvolvimento einovação,o planejamento e a gestão territorial do Brasil têm muito a ganhar coma estruturação da nova Embrapa Gestão Territorial. O cabedal de informações acumuladas em mais de 20 anos está preservado.O sistema Embrapa como um todo tem grande potencial de fornecer insumos metodológicos e receber benefícios tecnológico sao trabalhar em rede com a Embrapa Gestão Territorial. O mesmo vale para órgãos do setor público e empresas privadas, particularmente as do agronegócio.

Parabéns à diretoria da Embrapa e ao ministro Wagner Rossi pela decisão e pelo compromisso com questões estratégicas para o desenvolvimento do País.

O arrefecimento do MST – Notas e Informações – O Estado de São Paulo - 31/03/2011

Criado para lutar pela reforma agrária em nome da sobrevivência da população marginalizada do campo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – que depois se transformou em uma organização clandestina voltada para a subversão da ordem democrática e a destruição do capitalismo – está preocupado hoje em sobreviver ele próprio. Seu maior desafio é o rápido esvaziamento de seus acampamentos em todo o País. Sem abandonar a tentativa de mobilização dos sem-terra e o uso dos acampamentos como instrumento de pressão para obrigar o governo a fazer novos assentamentos – um novo "abril vermelho" já foi anunciado –, a direção do movimento pretende mudar o foco prioritário de sua atuação, como deixou claro, em depoimento ao **Estado** (27/3), um dos membros da coordenação nacional, Gilmar Mauro:"A reforma agrária precisa de fato ser ressignificada (sic),comum debate político amplo que envolva toda a sociedade. Se continuarmos com essa lógica de exportação de commodities,como uso intensivo de agrotóxicos,em menos de 50 anos teremos contaminado todos nossos rios, lagos, terra.É o que desejamos? Queremos consumir alimentos contaminados? Se a sociedade responder sim, então não há espaço para reforma. Se disser não, precisamos rever o modelo agrícola atual".O discurso é bonito.Mas quer dizer apenas o seguinte: já que entidades como o MST têm no confronto a razão de sua existência, e ninguém mais está preocupado com a falsa disputa entre a agricultura familiar e o agronegócio,o movimento decidiu se transformar em entidade ambientalista,com novo alvo específico bem definido: os agrotóxicos.

Há muito tempo o MST vem perdendo expressão,como mostram os números relativos à sua atuação.Em 2003, primeiro ano do governo Lula, o movimento e ra responsável por 285acampamentos de sem-terra em todo o País, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra.Em 2009 esse número havia sido reduzido para 36. E, no ano passado, continuou diminuindo. Segundo o Incra, as 400 mil pessoas acampadas em 2003 se tornaram menos de 100 mil em 2010. As razões desse esvaziamento são óbvias. Talvez a mais importante seja o significativo aumento da quantidade de empregos, formais e informais, ocorrido nos últimos anos, especialmente na construção civil.Além disso,há o efeito que o Bolsa-Família provoca sobre a disposição para a luta de quem nada tem e por isso se conforma com o pouco que lhe oferece o assistencialismo paternalista. Assim, o mesmo governo que estimulou as ações do MST – o presidente Lula não só recebia suas lideranças, como se deixava fotografar com o boné da entidade– e não coibiu os seus métodos violentos, ao proporcionar o crescimento da economia, foi também responsável pela desmobilização dos sem-terra. Além disso, o governo petista praticamente abandonou a reforma agrária, como relata o secretário da coordenação nacional da Comissão Pastoral da Terra, Antonio Canuto (**Estado**, 27/03): "No início do mandato de Lula as pessoas acreditavam que ele faria a reforma e por isso foram para os acampamentos. Com o tempo percebeu-se que o empenho do governo não era tão forte como se havia prometido. Agora a situação é pior: a reforma não está no horizonte do novo governo". Está claro, portanto, que o sentido e a importância da reforma agrária "ideológica" mudaram significativamente, até na cabeça de governantes que passaram a maior parte da vida com ela comprometidos.

O que parece não mudar nunca é o discurso da liderança do MST,para quem tudo continua girando em torno da dicotomia socialismo/capitalismo. Presos a uma visão do capitalismo do século 19, não passa pela cabeça dos dirigentes do MST que uma sociedade democrática, livre e consciente, seja capaz de criar mecanismos e controles eficientes de produção e distribuição da riqueza. Preferem vender a ilusão de um socialismo que promete distribuir uma riqueza que não é capaz de criar, como está historicamente comprovado. Por mais que tente repaginar o discurso, o MST permanece inapelavelmente enredado no mais absoluto anacronismo.

O arrefecimento do MST – Notas e Informações – O Estado de São Paulo - 31/03/2011

Criado para lutar pela reforma agrária em nome da sobrevivência da população marginalizada do campo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – que depois se transformou em uma organização clandestina voltada para a subversão da ordem democrática e a destruição do capitalismo – está preocupado hoje em sobreviver ele próprio. Seu maior desafio é o rápido esvaziamento de seus acampamentos em todo o País. Sem abandonar a tentativa de mobilização dos sem-terra e o uso dos acampamentos como instrumento de pressão para obrigar o governo a fazer novos assentamentos – um novo "abril vermelho" já foi anunciado –, a direção do movimento pretende mudar o foco prioritário de sua atuação, como deixou claro, em depoimento ao **Estado** (27/3), um dos membros da coordenação nacional, Gilmar Mauro:"A reforma agrária precisa de fato ser ressignificada(sic),comum debate político amplo que envolva toda a sociedade. Se continuarmos com essa lógica de exportação de commodities,comousointensivo de agrotóxicos,em menos de 50 anos teremos contaminado todos nossos rios, lagos, terra.É o que desejamos? Queremos consumir alimentos contaminados? Se a sociedade responder sim, então não há espaço para reforma. Se disser não, precisamos rever o modelo agrícola atual".O discurso é bonito.Mas quer dizer apenas o seguinte: já que entidades como o MST têm no confronto a razão de sua existência, e ninguém mais está preocupado com a falsa disputa entre a agricultura familiar e o agronegócio,o movimento decidiu se transformar em entidade ambientalista,com novo alvo específico bem definido: os agrotóxicos. Há muito tempo o MST vem perdendo expressão,como mostram os números relativos à sua atuação.Em2003, primeiro ano do governo Lula, o movimento eraresponsável por 285 acampamentos de sem-terra em todo o País, de acordo com a Comissão Pastoral da Terra.

Em 2009 esse número havia sido reduzido para 36. E, no ano passado, continuou diminuindo. Segundo o Incra, as 400 mil pessoas acampadas em 2003setornarammenos de 100 mil em 2010. As razões desse esvaziamento são óbvias. Talvez a mais importante seja o significativo aumento da quantidade de empregos, formais e informais, ocorrido nos últimos anos, especialmente na construção civil.Além disso,há o efeito que o Bolsa-Família provoca sobre a disposição para a luta de quem nada tem e por isso se conforma com o pouco que lhe oferece o assistencialismo paternalista. Assim, o mesmo governo que estimulou as ações do MST – o presidente Lula não só recebia suas lideranças, como se deixava fotografar como boné da entidade– e não coibiu os seus métodos violentos, ao proporcionar o crescimento da economia, foi também responsável pela desmobilização dos sem-terra.

Além disso, o governo petista praticamente abandonou a reforma agrária, como relata o secretário da coordenação nacional da Comissão Pastoral da Terra, Antonio Canuto (**Estado**, 27/03): "No início do mandato de Lula as pessoas acreditavam que ele faria a reforma e por isso foram para os acampamentos.

Com o tempo percebeu-se que o empenho do governo não era tão forte como se havia prometido. Agora a situação é pior: a reforma não está no horizonte do novo governo". Está claro, portanto, que o sentido e a importância da reforma agrária "ideológica" mudaram significativamente, até na cabeça de governantes que passaram a maior parte da vida com ela comprometidos.O que parece não mudar nunca é o discurso da liderança do MST,para quem tudo continua girando em torno da dicotomia socialismo/capitalismo. Presos a uma visão do capitalismo do século 19, não passa pela cabeça dos dirigentes do MST que uma sociedade democrática, livre e consciente, seja capaz de criar mecanismos e controles eficientes de produção e distribuição da riqueza. Preferem vender a ilusão de um socialismo que promete distribuir uma riqueza que não é capaz de criar, como está historicamente comprovado. Por mais que tente repaginar o discurso, o MST permanece inapelavelmente enredado no mais absoluto anacronismo.

Uma vitória da Embrapa – Rodrigo Lara Mesquita – Espaço Aberto – O Estado de São Paulo – 31/03/2011

O processo de desmantelamento de uma área de excelência da Embrapa Monitoramento por Satélite em Campinas culminou com a criação, pela diretoria da empresa, de uma nova unidade descentralizada:a Embrapa Gestão Territorial. Feito o anúncio, uma dezena de instituições privadas e públicas manifestou imediatamente seu interesse em contar com seus serviços estratégicos. Se a constituição dessa unidade contar com as instalações adequadas e os meios necessários, certamente essas e outras demandas serão prontamente atendidas.E este caso terá terminado bem. Mas qual a razão de todo esse interesse das áreas pública e privada por serviços de gestão territorial?

Para o historiador Fernand Braudel, o que diferencia o espaço natural do território é que este último é objeto de interesse social, é área de domínio político e temporal. Todo território tem história e é local de conflitos entre diversos interesses nacionais e internacionais. As sociedades humanas vivem e se desenvolvem (e desaparecem) em territórios. Nunca no Brasil a gestão territorial foi tão necessária e nunca houve tantos recursos e instrumentos para aplicá-la. Vivemos graves desafios de gestão territorial na Amazônia verde e na Amazônia azul, nos cerrados, nas bacias hidrográficas, nas regiões serranas, nas grandes metrópoles, na faixa de fronteira, na fachada litorânea, nas unidades de conservação e nas terras indígenas.

O jornal **O Estado de S. Paulo** – fundador e articulador do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo –, desde o início do século20,já trazia para a sociedade paulista as preocupantes questões de gestão territorial: o desbravamento do o este do Estado, as queimadas e a perda da produtividade das terras no Vale do Paraíba, entre outras. Na segunda metade do século, o jornal acompanhou e engajou-se na temática da construção de Brasília e nas consequências do deslocamento do eixo de desenvolvimento do Brasil, do litoral para o centro do País. A partir da décadade70, acompanhou as mudanças territoriais induzidas no Centro- Oeste e na Região Norte

pela construção da Rodovia Belém- Brasília, pelo asfaltamento da ligação de Mato Grosso com Rondônia, pela construção da Transamazônica e da Hidrelétrica de Tucuruí.

Nos anos 80, travamos grandes lutas pela preservação do litoral brasileiro e,em particular, do litoral paulista e do complexo estuarino do Lagamar de Iguape, Cananeia e Paranaguá, entre São Paulo e o Paraná. Foi nessa época que novos instrumentos de gestão territorial, como as imagens de satélite e a cartografia digital, começaram a ser empregados nessa temática. Ao contribuir ativamente como "Programa Nossa Natureza", do governo Sarney, sugerimos e apoiamos, entre outras decisões,a unificação dos múltiplos órgãos governamentais voltados para a questão ambiental (Sema, IBDF, Sudepe, Sudhevea, etc.) num único órgão, o Ibama, e a criação de um núcleo de gestão territorial, proposto inicialmente como Unidade de Monitoramento Territorial e que por fim se transformou na Embrapa Monitoramento por Satélite. Nos anos 90, em meio a campanhas em defesa da Mata Atlântica e antevendo a importância da futura Conferência Mundial sobre Meio Ambiente eDesenvolvimento – a Rio-92 –, apartirda*AgênciaEstado*, contribuímos para a articulação de uma iniciativa inédita de planejamentoegestãoterritorialproposta para uma região de mais de 100 mil quilômetros quadrados: a bacia do Rio Demene, ao norte de Barcelos, na calha norte da Amazônia. Várias expedições científicasforamorganizadas com a participação da Embrapa, da USP, da Unip e de instituições depesquisa estrangeiras. A ideia era construir um exemplo de gestão territorial e desenvolvimento sustentável, compreservação dos ecossistemas, naquela região amazônica, passível de ser apresentado e discutido durante a Rio-92, para respaldar e sustentar a apresentaçãodeumprogramadezoneamento para a Amazônia como um todo. Paralelamente,a*AgênciaEstado* financiou e apoiou, entre outros projetos, a implantação de umsistemadedivulgaçãosemanal do monitoramento orbital dequeimadasrealizadopelaEmbrapa em todo o País, amplamente consultado pela sociedade. DuranteaRio-92,emcolaboraçãocomaRNPe a Fapesp, colocamosemrede96computadores e divulgamos as notícias da conferência para mais de 2.500 instituições em 121 países, algo considerado um feito naquela época pré-internet e que hoje faz sorrir. Nessa aventura de processos de articulação da sociedade e de levá-los com competência para o âmbito das redes sociais digitais, atemáticadagestãoterritorial ganhou espaço ao longo daqueladécada. Umexemplo,considerado por pesquisadores europeusumprecursor do Google Earth, foi o site "Brasil Visto do Espaço", lançado pela Embrapa no ano 2000. Ele trouxe para o grande público uma ferramenta inéditademonitoramentoterritorial em rede. E foi seguido por outrosprodutos dessanatureza, como dados de relevo de todo o País,quantificaçõesdaáreaurbanizada dos municípios, etc. Nalinhadecontinuidadedessa experiência de 20 anos de desenvolvimentoeinovação, oplanejamento e a gestão territorial do Brasil têm muito a ganhar comaestruturaçãodanovaEmbrapa Gestão Territorial. O cabedal de informações acumuladasemmaisde20anosestá preservado. OsistemaEmbrapacomo um todo tem grande potencial de fornecer insumos metodológicos e receber benefícios tecnológicosaotrabalharemredecomaEmbrapaGestãoTerritorial. O mesmo vale para órgãos do setor público e empresas privadas, particularmente as do agronegócio. Parabéns à diretoria da Embrapa e ao ministro Wagner Rossi pela decisão e pelo compromissocomquestõesestratégicaspara o desenvolvimento do País. ✻

JORNALISTA, É DIRETOR DA RADIUMSYSTEMS – PEABIRUS TWITTER: @RMESQUITA

Terras que valem ouro – Luciana Franco - Globo Rural – 31/03/2011

Sete anos atrás, Paulo Rodrigues decidiu que iria ampliar a produção de cana-de-açúcar, atividade mantida há três gerações por sua família numa fazenda em Jaboticabal, SP. Filho do ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, Paulo tentou arrendar áreas próximas às que gerencia, na região de Ribeirão Preto, onde o solo e o clima são extremamente favoráveis ao cultivo da cana. No entanto, os altos custos da terra por ali o levaram a procurar locais um pouco mais distantes. "Precisava ser uma área perto de usina. Achamos uma fazenda na região de Patos de Minas, MG, onde o custo do arrendamento é 40% menor que o registrado nos municípios em torno de Ribeirão Preto", conta Rodrigues. Hoje, Minas Gerais responde por 50% da área de cultivo do produtor.

Apesar da distância de mais de 400 quilômetros entre as duas propriedades, ele considera acertada a decisão de expandir para áreas onde a terra custa menos. "Com terras mais caras, os custos de produção também são maiores. Optando por uma área mais barata, conseguimos reduzir o custo total de produção", avalia o produtor, que estima colher em suas duas propriedades uma safra de 300 mil toneladas de cana-de-açúcar no ciclo 2011/2012.

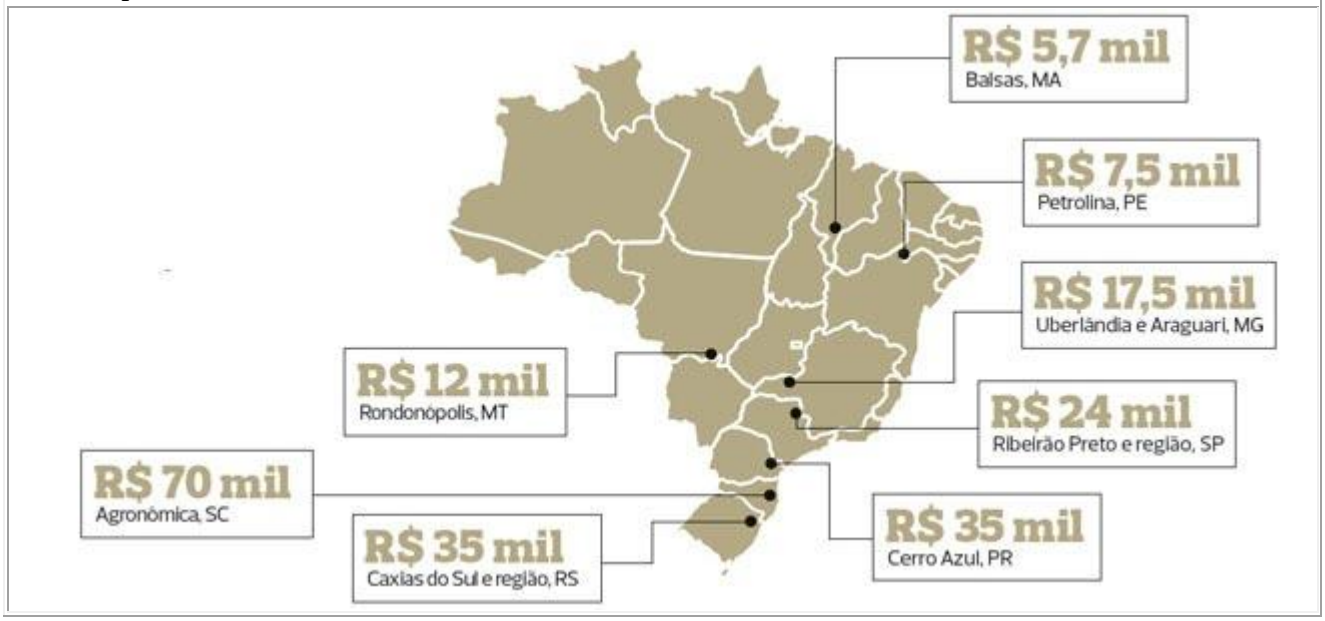


De clima tropical úmido, caracterizado pelo registro de verão chuvoso e inverno bem seco, a região onde está inscrita a fazenda original de Paulo Rodrigues é excelente para o desenvolvimento da cana. "Tanto que os pequenos e médios produtores preferem expandir por aqui mesmo pagando preços mais altos", diz o corretor Atílio Benedini Neto, que atua há 40 anos na comercialização de propriedades rurais nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso. Como mercado aquecido é sinônimo de preços altos, a região de Ribeirão Preto – conhecida como a "Califórnia brasileira" – leva a fama de ter as terras mais caras do país. Nem mesmo a crise internacional que atingiu o segmento sucroenergético em 2009, provocando a paralisação total das expansões, desvalorizou a terra roxa dessa porção do norte paulista. "Naquele ano, os preços permaneceram estáveis, mas, ao longo de 2010, a região de São Paulo registrou uma recuperação importante nos preços das terras", avalia Jacqueline Bierhals, gerente de agroenergia da empresa de consultoria Informa

Economics FNP, que realizou uma pesquisa sobre os valores de terras no Brasil.

Segundo ela, de um ano para o outro, as áreas de cana em São Paulo, Espírito Santo e Minas registraram valorização de 20%, sendo que em Ribeirão Preto o hectare foi cotado entre R$ 22 mil e R$ 24 mil. O corretor Benedini lembra que, 15 anos atrás, o hectare era negociado a mil toneladas de cana, ou US$ 10 mil. “Hoje, tem negócio sendo realizado até por US$ 45 mil o hectare (com o dólar cotado a R$ 1,70)”, diz.

AS PORÇÕES MAIS CARAS DO BRASIL | A elevação das cotações das commodities agrícolas turbinaram o preço da terra brasileira em 2010. Um dos recordistas em valorização foi o município de Cerro Azul, PR, que teve valorização de 92,3% no período. Confira quanto vale o hectare em algumas áreas do país



Mas não foram só as terras para a cana que valorizaram. O levantamento da Informa Economics indica alta de 9% no preço médio das terras para produção agropecuária no Brasil no último bimestre de 2010, quando o hectare foi cotado, em média, a R$ 5 mil, em comparação aos meses de janeiro e fevereiro do mesmo ano, quando a média foi de R$ 4,6 mil. Na avaliação de Jacqueline Bierhals, a alta dos preços das commodities agrícolas sustentou a valorização das terras. “Eventos climáticos como a seca no Leste Europeu, as enchentes na Austrália e o temor dos efeitos do La Niña na América do Sul contribuíram para que as cotações de soja, milho, trigo, algodão, açúcar e café atingissem patamares muito elevados, bem próximos aos de antes da crise de 2008, ou, em alguns casos, até acima”, comenta a gerente da Informa.

Paulo Rodrigues optou por expandir o plantio de cana para Minas, onde o custo do arrendamento é 40% menor, em vez de investir em São Paulo

A valorização das terras brasileiras registrada em 2010 superou o rendimento da caderneta de poupança, aplicação mais comum entre os brasileiros, que se situou em 7%. Em algumas áreas da região Sudeste, Sul e Nordeste, entretanto, o preço da terra dobrou ao longo do último ano e algumas áreas têm sido cotadas a peso de ouro.

Para a safra atual, a tendência é de rentabilidade para a maioria das atividades agrícolas, o que possibilitará aos produtores tradicionais o retorno aos investimentos em terras, seja localmente ou em novas fronteiras agrícolas. “Houve um período em que fundos de investimentos e grupos estrangeiros lideravam a compra e venda de terras no Brasil. Agora, entretanto, eles estão fora do mercado, e quem impulsiona os negócios são pequenos e médios produtores nacionais”, diz Jacqueline Bierhals.

Arrozais em Agronômica, SC: as terras mais caras do país

Entre os estrangeiros que investiram pesado no país nos últimos anos, destacam-se os grupos argentinos El Tejar e Los Grobo, que compraram terras nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, novas fronteiras agrícolas. O El Tejar detém 160 mil hectares. Já o Los Grobo planta em 47 mil hectares por meio de contratos de arrendamento. O voraz apetite de estrangeiros por porções brasileiras fez o governo brasileiro restringir o comércio de terras para grupos internacionais. De acordo com levantamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no primeiro semestre de 2009 havia 4 milhões de hectares cadastrados em nome de estrangeiros. Em maio de 2010, esse número era de 4,35 milhões de hectares. Por conta dessa progressão, em agosto do ano passado o governo aprovou um parecer da Consultoria Geral da União que limita a venda de terras brasileiras a estrangeiros a 50 módulos rurais, ou no máximo 25% da superfície do município onde a área está inserida. “A expectativa era que essa restrição esfriasse o mercado, mas o fôlego dos pequenos e médios produtores nacionais, que estão de olho nas novas perspectivas do agronegócio, manteve o setor aquecido”, afirma a gerente.



As maiores valorizações foram observadas na região sul do país, principalmente em Santa Catarina e no Paraná, onde projetos de construção de usinas hidrelétricas alavancaram os preços de terras. Em Santa Catarina, os valores de propriedades bem localizadas e aptas à produção de soja, milho ou arroz seguem em franca elevação. Agronômica, pequeno município do estado, com pouco mais de 4 mil habitantes, tem pouca fama no mundo rural, mas lá estão, de fato, as terras mais caras do Brasil: o hectare ali chega a ser negociado por entre R$ 70 mil e R$ 100 mil. Os valores

refletem os altos investimentos na formação das lavouras de arroz. “Aqui temos 53 produtores de arroz e a maior produtividade do mundo, em torno de 12 toneladas por hectare”, diz o engenheiro agrônomo Carlos Gaertner, do Departamento de Agricultura da prefeitura de Agronômica. O fumo é a cultura mais comum na cidade e envolve 600 pequenos e médios produtores, entre eles o secretário de Agricultura, Waldemar Backmeier, que mantém três hectares, nos quais imagina colher 900 arrobas neste ano (13,5 toneladas). “Também tenho milho, mas o retorno que o fumo dá ao agricultor é muito maior por área”, avalia o agricultor, que, ao longo dos últimos anos, vem substituindo o cereal por fumo. Na região onde Backmeier tem suas lavouras, a terra está cotada entre R$ 20 mil e R$ 25 mil por hectare. “São áreas com mais declive e sem tantos investimentos tecnológicos, por isso valem menos que as destinadas às lavouras de arroz”, conta.

Isonir Ventura ampliou a área e colherá 20 mil sacas de semente de arroz

A rizicultura é a atividade agrícola mais tecnificada da cidade catarinense, e os investimentos na formação das lavouras de arroz superam os R$ 20 mil por hectare. O produtor Isonir Ventura adquiriu 50 hectares ao longo da última década e já contabiliza lucros com uma negociação realizada em 2003. “Há sete anos, comprei de uma rádio de Rio do Sul (cidade vizinha a Agronômica) 12 hectares por R$ 300 mil. Fizemos um contrato em que eles poderiam manter a fiação da antena da rádio na área das lavouras de arroz, mas agora eles querem comprar quatro hectares de volta, pois estão com problema na transmissão do sinal da rádio. Estou vendendo por R$ 400 mil”, conta o agricultor, que, junto com o irmão Irineu, mantém 100 hectares, onde cultivam sementes de arroz. Neto de rizicultores, Ventura se especializou na produção de sementes e estima colher 20 mil sacas de 50 quilos nesta safra, volume 10% menor que o registrado na anterior. “O clima excessivamente chuvoso prejudicou um pouco nossa produtividade neste ano”, lamenta o produtor.

No Paraná, um dos destaques apontados pela Informa Economics FNP foi a região de Cerro Azul, onde o hectare vem sendo comercializado no patamar de R$ 40 mil: a valorização no período da pesquisa foi de 92,3%. Nesse município de aproximadamente 18 mil habitantes, 75% da população vive da agricultura familiar, baseada no plantio de citros. É o caso do produtor Jorge Elias Marchi, nativo de Cerro Azul, proprietário de 125 hectares, divididos entre o cultivo de tangerina, mandioca e pastagem. A maior parte da área – 96 hectares – foi comprada em 2002 pela cotação de R$ 1,3 mil o hectare. “Hoje, não vendo por dinheiro algum”, conta. No início de 2011, o valor médio da terra na região era de R$ 10 mil por hectare, valor quadruplicado para as propriedades mais próximas da sede do município. A chegada do asfalto, cinco anos atrás, ajudou a valorizar essa região. Já no Rio Grande do Sul, o maior movimento concentra-se no centro do estado, com aumento no preço de terras que podem ser usadas para o plantio de soja.

Waldemar Beckmeler, que tem terras com cotação menor que a das destinadas ao arroz, vem trocando milho por fumo

A valorização na Região Nordeste também foi expressiva. No Maranhão, que serve como referência para a nova fronteira, as terras já abertas oscilaram entre R$ 3,8 mil e

R$ 5,7 mil o hectare. No sul de Mato Grosso, por sua vez, o hectare chegou a ser negociado a R$ 10 mil. “Estamos falando de valores para pagamento à vista”, diz Jacqueline Bierhals.

Em 2011, o cenário para o mercado de terras ainda é um tanto incerto. Isso ocorre porque, de um lado, pesa o ajuste no balanço de oferta e demanda mundial das principais commodities, o que fortalece a expectativa de valorização das terras, e, de outro, pesam fatores como a situação econômica mundial instável em alguns países da Europa e a apreciação do real em relação ao dólar, o que pode diminuir a competitividade do Brasil. “De qualquer maneira, esses momentos de insegurança devem atrair investidores mais conservadores para ativos reais, como é o caso das terras. Além disso, o retorno do típico produtor brasileiro ao mercado de terras deverá ser um fator adicional de sustentação dos preços”, diz a gerente da consultoria.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf

Assistentes de Pesquisa
Catia Grisa, Karina Kato, Luiza Mariano de Lima Araujo, Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

opa Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda/oppa